



A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA EM 1980/1981

A. Delfim Netto

**Apresentação pelo Comandante da Escola Superior de Guerra,
General de Exército Alacyr Frederico Werner**

Senhoras e senhores estagiários e convidados:

Cabe-me a honra de dar as boas vindas e, como de praxe, fazer a apresentação, sem dúvida desnecessária, do nosso convidado de hoje, Sua Excelência o Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, professor Antônio Delfim Netto, que nos vem brindar com a sua conferência "Política e Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro".

De fato, o ilustre conferencista é sobejamente conhecido por todos nós. É um técnico e um político na acepção elevada do termo. É daqueles homens públicos que, pela sua evidência no cenário nacional, tem defensores e adversários tais que é impossível desconhecê-lo. Pelo cargo que exerce e pelos que tem exercido com evidente proficiência, sua contribuição para os nossos estudos da conjuntura nacional é, deveras, altamente valiosa.

O seu curriculum vitae diz: nascido em São Paulo, é Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. No Magistério, foi Professor Assistente de Estatística Geral e Econômica, em 1952/1954. De 1954 a 1959, Professor Livre Docente da mesma matéria. Desde 1963, professor catedrático de Análise Macro-Econômica, Contabilidade Nacional, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Economia Brasileira, Planejamento Governamental. Foi, também, diretor dos Institutos de Administração e Pesquisas Econômicas, representante da congregação da Faculdade de Economia e Administração no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Sua carreira política teve início no seu Estado, onde desempenhou os seguintes cargos: membro do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo e Secretário da Fazenda.

Em 1967, o Presidente Costa e Silva foi buscar o professor Delfim Netto, então com apenas 39 anos, para assumir o cargo de Ministro da Fazenda. Sua Excelência deu continuidade ao vigoroso trabalho de saneamento da economia nacional, iniciado no primeiro Governo da Revolução, procurando combater a inflação que começava a declinar, ao mesmo tempo em que introduziu estímulos ao desenvolvimento, particularmente nos setores agrícola e industrial.

No Governo do Presidente Médici, foi o professor Delfim Netto mantido na Pasta da Fazenda, quando extraordinários marcos foram alcançados no saneamento das finanças brasileiras, com a taxa de inflação sendo reduzida, como já tivemos ocasião de ver, a 15,7% ao ano. A agricultura e a indústria multiplicaram a sua produção algumas vezes. Nosso crescimento econômico médio anual foi de 11% no período, alcançando em 1973 a taxa mais elevada da nossa história: 14%. Foi a época do milagre brasileiro, de que um dos autores está aqui presente. Com o término do Governo Médici, Sua Excelência foi nomeado pelo Presidente Geisel Embaixador do Brasil na França, época em que o Mundo e o nosso País em especial começavam a sentir os terríveis efeitos da crise do petróleo. Em 1979, foi convocado de novo ao Governo pelo Presidente João Figueiredo. Primeiro, para Ministro da Agricultura e, no ano seguinte, para Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

No Ministério da Agricultura, procurou renovar a confiança dos produtores rurais, desanimados depois de duas safras frustradas. Empenhou-se a fundo neste problema, dialogando com agricultores de todo o País e mostrando-lhes que o Governo estava atribuindo à agricultura a prioridade um. O resultado da batalha da produção agrícola, na qual se bateu o próprio Presidente Figueiredo, foi a ocorrência de duas supersafras, uma em 1980 e outra agora, em 1981.

No Ministério do Planejamento, está enfrentando o desafio triplice de conter a inflação, que subiu de novo a níveis acima dos três dígitos empurrada pelo segundo choque do petróleo; a amortização da dívida externa brasileira, cujos juros ameaçam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro; e a substituição da energia importada pela energia produzida aqui mesmo no Brasil.

É sobre este desafio e sobre como está sendo conduzida a política econômica brasileira que vamos ouvir, agora, o Senhor Ministro, professor Antônio Delfim Netto.

Senhor Ministro: na realidade, a manhã de hoje é um reencontro da ESG com um dos seus mais eminentes e constantes colaboradores. Reencontro que, a exemplo do que sempre tem ocorrido, deixará cada um de nós mais enriquecido, pela contribuição que Vossa Excelência nos proporcionará, seja por sua didática exposição, seja pela dinâmica franca que impõe aos debates.

Aceite os nossos agradecimentos e acredite ser uma honra para nós ouvi-lo uma vez mais neste auditório, onde V. Exa. já nos tem dado, ao longo desses anos, magníficas aulas sobre a realidade brasileira.

Esta tribuna é sua, Senhor Ministro.

Senhor Comandante, senhores oficiais, minhas senhoras e meus senhores: é para mim motivo de grande alegria voltar hoje à Escola Superior de Guerra para conversar com os senhores sobre alguns dos problemas que nos afligem.

O Comandante Alacyr Frederico Werner já teve a bondade de dar um início para esta conversa.

Na última conferência que tivemos oportunidade de fazer na ESG mostramos que o objetivo básico do Governo Figueiredo é a manutenção de níveis de desenvolvimento que garantam a criação de novos empregos para a sociedade brasileira.

O Governo Figueiredo continua empenhado em um programa de desenvolvimento e de mobilização dos recursos nacionais para realizar a grandeza do nosso País.

Por que esse desenvolvimento não tem sido este ano tão brilhante como no ano passado? É o que vamos tentar esclarecer nesta conversa.

I — OS TRÊS PROBLEMAS NACIONAIS

É preciso que todos nós tenhamos em mente o objetivo básico da política econômica, que é o do desenvolvimento o mais acelerado possível; o mais acelerado possível e compatível com as três restrições a que o Comandante Alacyr Frederico Werner se referiu: o combate à inflação; o equilíbrio do balanço de pagamentos; e a criação interna de energia para substituir a energia importada.

Nós temos, portanto, de encarar o quadro presente dentro destas restrições.

Nós precisamos crescer. O Brasil não pode deixar de crescer; não podemos fa-

zer por menos. O Brasil tem que se desenvolver aceleradamente porque tem uma população economicamente ativa extremamente jovem, que está crescendo a uma taxa de 2.7 ou 2.8% ao ano e até um pouco mais nos grandes centros urbanos.

Não temos outra forma de acomodar esse desenvolvimento populacional, a não ser crescendo com certa rapidez.

Nós vamos ver, então, como se trabalhou durante o ano de 1980 para superar essas dificuldades.

Os três objetivos têm que ser conseguidos simultaneamente, mas acontece — como tudo na vida — que eles não são inteiramente compatíveis.

Quando nós temos um sucesso maior num dos objetivos, em geral acarretamos algumas dificuldades nos outros objetivos.

Vamos ver que em 1980 e continuando agora, em 1981, o Governo deu ênfase total ao problema do balanço de pagamentos, que era o constrangimento maior que nos afligia, ao lado de ter realizado investimentos substanciais na produção de energia interna, de tal forma que esses dois objetivos foram cumpridos, na minha opinião, de forma bastante razoável.

O terceiro objetivo, que foi a redução da inflação, ficou um pouco prejudicado, como veremos. Nós esperávamos que houvesse uma redução na taxa de inflação, quando o que conseguimos foi uma certa estabilização da taxa de inflação.

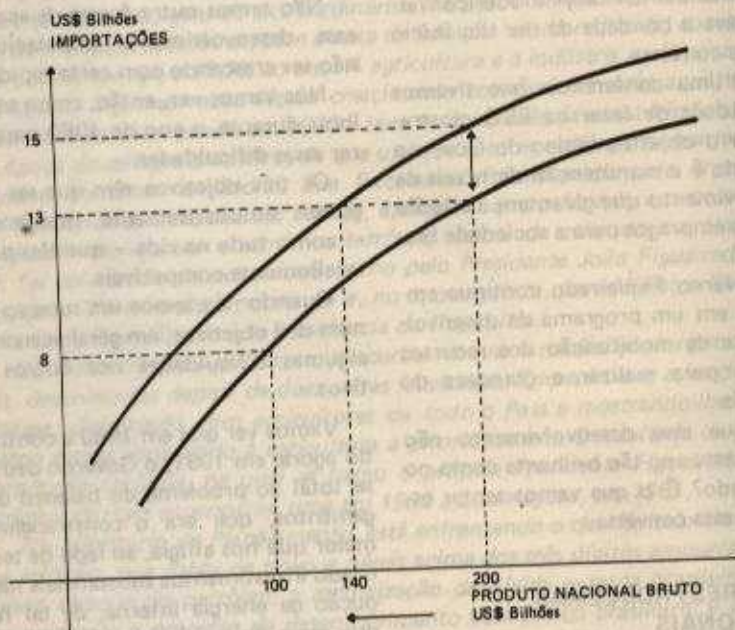
Daqui a pouco vamos ver como neste ano de 1981 conseguimos empurrar também esse vetor para a direção correta.

A primeira coisa que vale a pena recordar é saber qual foi a origem do nosso problema, onde se apresentou a difi-

culdade fundamental que impediu que aquela taxa de crescimento extraordinário do ano passado continuasse a se processar.

No gráfico a seguir há uma relação muito simples entre o nível de PRODUTO do País e a necessidade de IMPORTAÇÕES:

RELAÇÃO ENTRE IMPORTAÇÕES E PRODUTO



Estes números são mais ou menos arbitrários. Mas, para realizar, digamos, 100 bilhões de dólares de Produtos, o Brasil precisa importar 8 bilhões de dólares; para chegar a 200 bilhões de dólares de Produto, o Brasil precisaria importar 13 bilhões (antes do aumento do preço do petróleo).

Esses valores são mais ou menos números de estatística, e a curva é totalmente imaginária; é uma simples representação.

O que representou o choque do petróleo? Nós já vimos que o choque do petróleo foi, no fundo, um imposto cria-

do pelos produtores de petróleo sobre a economia dos consumidores de petróleo.

Do nosso ponto-de-vista, o choque do petróleo significou empurrar a curva da importação para cima, para um mesmo nível do Produto. Para um Produto de 100 bilhões, precisamos importar agora 10 bilhões de dólares. Para produzir 200, uma coisa parecida com 15 bilhões de dólares.

Isso significa que quando houve o choque do petróleo, só existiam duas formas de ajustar a economia: ou deslocar a curva de novo para baixo — isto é,

produzir uma rápida substituição da energia importada — ou acomodar um volume menor de produção.

Suponha-se que nós estamos nos 200. Quando a curva se deslocou para cima, nós teríamos que importar 15 bilhões de dólares. Mas nós estávamos importando 13 bilhões, com razoável equilíbrio do balanço de pagamentos. Então, teria de aparecer um déficit de 2 bilhões para acomodar os 200 bilhões do Produto. Ou teríamos de reduzir o Produto a 140 bilhões, para acomodar a curva de importações, desaparecendo o déficit.

O que fizemos, realmente? Confiar na possibilidade nacional de deslocar mais tarde essa curva para baixo, nós mantivemos durante cerca de sete anos posteriores à crise do petróleo os déficits que iam aparecendo.

Esses déficits foram-se acumulando. Esses déficits criaram, realmente, a dívida que nós vivemos.

As pessoas normalmente se assustam com a dívida. Têm a impressão de que a dívida foi um ato de liberalidade do Brasil. O Brasil realmente se endividou porque quis, porque desejou endividar-se? Não!

O endividamento foi um ato de confiança, um ato de um País que tem confiança no seu futuro e sabia que mais dia, menos dia, acabaria ajustando seu balanço de pagamentos. E que, portanto, poderia sacar sobre esse futuro, recebendo recursos externos durante um prazo relativamente curto, para manter o mesmo nível de produção e preparando-se, nesse período, para a substituição de energia.

Vejam que não seria possível adotar uma outra estratégia. As pessoas que estão fora do Governo normalmente têm

receitas prontas para qualquer problema. O sujeito que é mais radical diz: "Deveriam ter baixado o Produto para 140".

Simplesmente, isso significava desempregar milhões de pessoas, o que seria rigorosamente possível, mas criminoso.

Outro, mais esquerdista, diria: "Você não devia pagar a dívida".

De fato, seria uma solução, essa de não pagar a dívida. Só que o credor, infelizmente, é um pouco mais esperto do que nós e acabaria por não nos dar mais crédito; e terminava o processo. Nós quebrávamos, com vexame.

Então, creio que foi uma decisão correta do Governo Geisel, a de embarcar num programa de fazer a dívida, usar recursos externos, que são poupanças que estavam disponíveis, e preparar-se para substituição da produção de energia.

Com isto, é verdade, houve uma acumulação de dívida; mas é verdade, também, que aquela curva vai-se acomodando para baixo, de tal forma que num período mais ou menos longo, de oito a dez anos, conseguiremos caminhar para uma solução. De fato, caminhamos já para a solução em 1979.

Só que a solução não veio, porque veio o segundo choque do petróleo, que introduziu um novo deslocamento da curva para cima; isto é, nós corremos durante cinco anos e quando acordamos, tudo estava parado, porque simplesmente o segundo choque representou de novo puxar a curva para cima e foi preciso iniciar todo o processo de adaptação outra vez.

Nós vamos ver daqui a pouco que na segunda vez já nos saímos um pouco melhor do que na primeira vez. Nós ajustamos e estamos ajustando as coisas com muito mais rapidez.

BRASIL: INDICADORES PARA O SETOR EXTERNO
1973/1980

INDICADORES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980(*)
PIB (US\$ Bilhões)	81,3	106,0	124,2	146,2	184,2	193,0	215,6	255,0
Exportações, FOB (US\$ Bilhões)	6,2	8,0	8,7	10,1	12,1	12,7	15,2	20,1
Importações, FOB (US\$ Bilhões)	6,2	12,6	12,2	12,3	12,0	13,7	18,0	22,9
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	0,0	- 4,6	- 3,5	- 2,2	+ 0,1	- 1,0	- 2,7	- 2,8
Déficit em Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos (US\$ Bilhões)	- 1,9	- 7,1	- 6,7	- 6,0	- 4,0	- 5,8	- 10,5	- 12,8
Dívida Externa Bruta (US\$ Bilhões)	12,6	17,2	21,2	28,0	32,0	43,5	49,9	53,8
Reservas (US\$ Bilhões)	6,4	5,3	4,1	6,6	7,2	11,9	9,7	6,9
Dívida Externa Líquida (US\$ Bilhões)	6,2	11,9	17,1	19,4	24,8	31,6	40,2	46,9
Serviço da Dívida (US\$ Bilhões)	2,6	2,6	3,7	4,8	6,2	8,0	10,6	11,3

FONTE: Relatório do Banco Central do Brasil

NOTA: (*) Dados preliminares

Os senhores têm na tabela "Brasil: Indicadores Para o Setor Externo" a acumulação dessa dívida no período. A dívida líquida, isto é, a dívida total menos as reservas, passou de 6 bilhões de dólares para 47 bilhões; multiplicou praticamente oito vezes no período.

É certo que o endividamento é importante. Mas é certo, também, que é apenas um lado do fenômeno. A contrapartida dessa dívida está aí: estão sendo construídas Itaipu, Tucuruí, a Ferrovia do Aço, a Açominas, os dois metrô, o do Rio e o de São Paulo.

Algumas pessoas poderiam discutir, dizendo que "não são obras prioritárias". Mas, normalmente, eu acredito que o Governo investiu em obras prioritárias, talvez não só de prioridade econômica, como é o caso da Ferrovia do Aço, da Açominas, mas prioridade social, como é o caso do metrô nas grandes cidades.

A dívida não foi jogada fora. A contrapartida dessa dívida são usinas, são barragens, são turbinas. Isso tudo que está se preparando para produzir. Isso tem um período longo de maturação,

mas que vai acabar produzindo os resultados que nós queremos.

Esse processo que nós utilizamos mais intensamente no período de 74 a 77, quando multiplicamos a dívida por 4, está sendo contido, agora. Exatamente como se imaginava que poderia ser feito quando se embarcou nesse tipo de programa.

II — COMO PAGAR A DÍVIDA?

A nossa dificuldade fundamental, hoje, é superar o constrangimento do balanço de pagamentos.

Se nós pudermos superar o constrangimento externo, nós poderemos voltar a crescer com a rapidez anterior.

Se nós não superarmos essa dificuldade, não vai haver nenhuma outra forma de crescer, como esperamos mostrar aos senhores mais à frente.

No esquema seguinte os senhores têm o que nós usamos para tentar corrigir essa dificuldade externa. Como nós procedemos. É um esquema extremamente simples, que mostra como essa estratégia de viabilização das contas nacionais está operando. Depois, vamos ver os resultados a que chegamos.

VIABILIZAÇÃO DAS CONTAS EXTERNAS

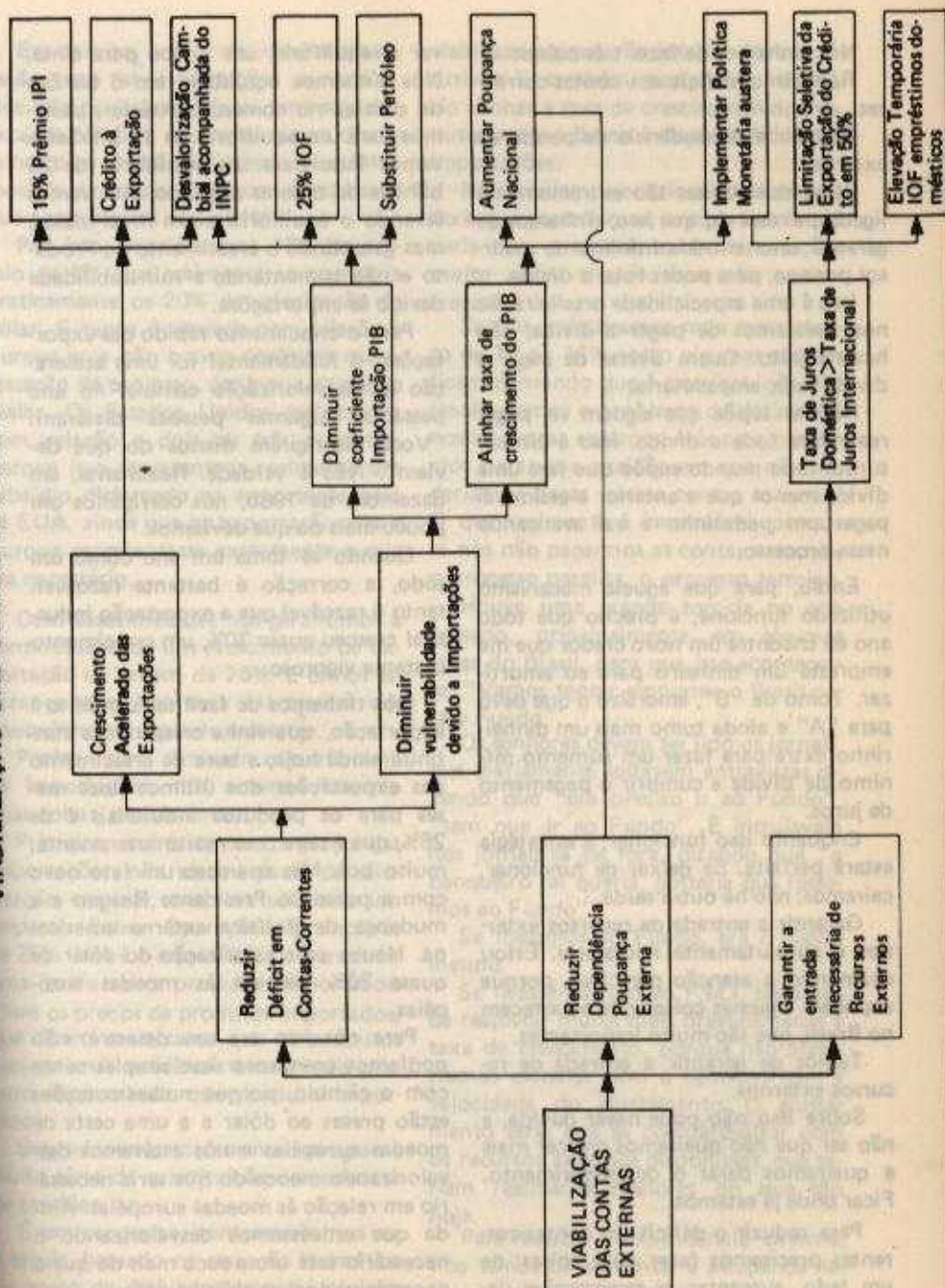


FIGURA 1

Nós tínhamos de fazer três coisas:

Reduzir o déficit em contas-correntes.

Reduzir a dependência de poupança externa.

Essas duas coisas são extremamente ligadas; e mais do que isso, tínhamos de garantir uma entrada mínima de recursos por ano, para poder rolar a dívida.

Isto é uma especialidade brasileira. Se nós tivéssemos de pagar a dívida, não haveria jeito. Quem tivesse de pagar a dívida toda, empacotaria.

Não se supõe que alguém vai pagar realmente toda a dívida. Isso é um absurdo; todo mundo supõe que fará uma dívida menor que a anterior e assim vai pagar um pedacinho e vai avançando nesse processo.

Então, para que aquele mecanismo utilizado funcione, é preciso que todo ano eu encontre um novo credor que me empreste um dinheiro para eu amortizar. Tomo de "B", amortizo o que devo para "A" e ainda tomo mais um dinheiro extra para fazer um aumento mínimo da dívida e cumprir o pagamento de juros.

Enquanto isso funcionar, a estratégia estará perfeita. Se deixar de funcionar, cairemos; não há outra saída.

Garantir a entrada de recursos externos é absolutamente necessário. Estou chamando a atenção para isso, porque explicará algumas coisas que acontecem no Brasil, que são muito importantes.

Temos de garantir a entrada de recursos externos.

Sobre isso não pode haver dúvida, a não ser que não queiramos crescer mais e queiramos parar o desenvolvimento. Ficar onde já estamos.

Para reduzir o déficit em contas-correntes precisamos fazer duas coisas: de um lado, aumentar as exportações, le-

var o equilíbrio um pouco para cima. Nós tínhamos equilíbrio em 6 bilhões de dólares no comércio exterior; passamos para um equilíbrio de 15 bilhões e vamos indo para um equilíbrio de 25 bilhões de dólares este ano. Nós vamos levando o equilíbrio a um nível maior, mas garantindo o crescimento do Produto e não aumentando a vulnerabilidade devido às importações.

Para o crescimento rápido das exportações, o fundamental foi uma aceleração da desvalorização cambial no ano passado. Algumas pessoas disseram: "Vocês corrigiram menos do que deviam". Não é verdade. Realmente, em dezembro de 1980, nós corrigimos um pouco mais do que devíamos.

Quando se toma um ano como um todo, a correção é bastante razoável: tanto é razoável que a exportação industrial cresceu quase 30%, um crescimento bastante vigoroso.

Nós tínhamos de facilitar o crédito à exportação, que vinha crescendo e continua ainda hoje; a taxa de crescimento das exportações dos últimos doze meses para os produtos industriais é de 26%, que é uma taxa muito interessante, muito boa. Mas apareceu um fato novo com a posse do Presidente Reagan e a mudança da política externa americana. Houve uma valorização do dólar de quase 20% *vis-a-vis* às moedas européias.

Para nós isso era um desastre; não podíamos compensar isso simplesmente com o câmbio, porque nossas cotações estão presas ao dólar e a uma cesta de moedas européias e nós estávamos desvalorizando menos do que seria necessário em relação às moedas européias. Ainda que estivéssemos desvalorizando o necessário (até um pouco mais do que o necessário) com relação ao dólar.

Era preciso, então, dar uma compensação para as exportações européias. Nós não poderíamos fazer uma segunda taxa de câmbio, não poderíamos discriminar com relação à Europa. Nós tínhamos de encontrar qualquer mecanismo que compensasse esse efeito.

Por isto, introduzimos 15% de prêmio de IPI, que realmente compensaria praticamente os 20% da valorização do dólar. E tanto é verdade com relação à Europa que não houve nenhuma manifestação de protesto, nenhuma alteração maior. Os Estados Unidos reclamaram com relação a dois ou três produtos, porque isso representava realmente um subsídio disfarçado na exportação para os EUA, ainda que na exportação para a Europa representasse exatamente o que era necessário.

Com essas medidas nós garantimos a continuidade de um crescimento de exportação da ordem de 26%. E temos esperança que essa taxa vai crescer um pouquinho no segundo semestre.

Porém, para diminuir o coeficiente de importações, nós estamos fazendo duas coisas, basicamente:

Primeiro, aumentamos o preço das importações; não só através da desvalorização cambial, mas introduzindo um Imposto Sobre Operações Financeiras de 25%. Isso é o equivalente a introduzir uma tarifa sobre produtos importados. Eleva os preços de produtos importados, que ficam mais caros que os produtos nacionais. A tendência é usar mais produto nacional do que produto importado.

Segundo: embarcamos num programa muito sério de substituição do consumo de petróleo.

É um programa, conforme vamos ver a seguir, baseado na elevação dramática do preço de derivados de petróleo para

viabilizar a produção interna dos substitutos. E, também, porque era necessário alinhar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto à disponibilidade de importações.

Não podíamos continuar crescendo à taxa que gostaríamos, porque isso implicaria num crescimento de importações muito acima daquilo que elas podem crescer.

Se nós insistíssemos num crescimento de 10 ou 11% como algumas pessoas ficam pensando que é possível, nós não resolveríamos o problema do déficit das nossas contas externas. Nós caminharíamos para uma posição em que não poderíamos pagar nossas contas externas. O que realmente é impensável, porque se nós não pagarmos as contas externas, o processo paralisa, o processo termina.

Houve uma grande torcida no ano passado, principalmente em algumas áreas do Brasil, para que isso acontecesse: "Vamos tentar empurrar o Brasil para o Fundo".

Os senhores devem ter lido os jornais, que diariamente soltavam entrevistas dizendo que "era preciso ir ao Fundo", "tem que ir ao Fundo". E intrujavam nos jornais lá de fora, dizendo que "o banqueiro tal queria, gostaria que fôssemos ao Fundo".

Se fôssemos ao Fundo, era o *fundo* mesmo.

Se tivéssemos ido ao F.M.I. teríamos de reajustar muito mais drasticamente a taxa de crescimento, porque não poderíamos escolher nem o caminho nem a velocidade do ajustamento. O ajustamento teria que se compatibilizar com os recursos externos disponíveis, que seriam realmente menores do que são hoje.

Para reduzir a dependência externa, nós temos de aumentar a poupança nacional. Não há outra saída.

O déficit em contas-correntes é rigorosamente igual à diferença entre o investimento e a poupança nacional. Se nós não podemos reduzir o nível de investimento — porque nós estamos substituindo a produção de petróleo e porque nós temos de manter o nível mínimo de crescimento — só existe um meio de fechar o déficit: é crescer a poupança nacional. É por isso que se criou todo um sistema de estímulo à poupança.

Hoje, realmente, a poupança está crescendo e não é só a poupança individual: a poupança das empresas também está crescendo. Além disso, a poupança do Governo cresceu um pouco, porque nós aumentamos tarifas e fizemos correções de impostos. Estamos realmente financiando esses investimentos com recursos do ponto-de-vista interno não inflacionários e sem serem recursos externos. Portanto, este aumento da poupança nacional é fundamental para que haja uma diminuição da nossa dependência externa.

A terceira coisa a fazer era garantir a entrada de recursos externos.

Para garantir a entrada de recursos externos nós precisamos de uma condição fundamental, sem a qual isto não acontece. Essa condição é a seguinte: a taxa de juros interna tem que ser maior do que a taxa de juros externa; isto é, tem que ser mais vantagem para o sujeito se endividar em moeda externa do que em moeda interna.

Quando se realiza essa condição, são milhares de sujeitos independentes, cada um deles usando como indicador o seu bolso, procurando lá fora os recursos de que nós precisamos para pagar os nossos compromissos. Isso é absolutamente necessário. Como nós vimos, se nós não mantivermos este processo em andamento, o sistema paralisa.

Ora, o que é a taxa de juros externa? A taxa de juros externa é hoje uma taxa da ordem de 19%, mais um certo *spread*, mais alguma coisa que o banqueiro ganha quando nos empresta, e mais a perspectiva de desvalorização cambial. O produto desses três números, a taxa *Libor*, como se diz, multiplicada pelo *spread*, multiplicada pela taxa cambial, vai dar o limite inferior da taxa de juros interna. E não adianta ficar triste, não adianta imaginar que a política monetária é que está elevando a taxa de juros, não adianta ficar como certos industriais, que apresentam lucros extraordinários, mas que se especializaram num choro gigantesco, porque estão acostumados a ficar pendurados nas tetas do Governo, recebendo crédito subsidiado.

Nós não podemos fazer isso, simplesmente. Porque, se fizermos, eles não quebram, mas o Brasil quebra.

Não é possível. Há um limite para atender a esses reclamos.

E nós temos que nos convencer que a taxa de juros interna tem de ser maior ou igual à taxa de juros externa.

Qual é a única forma de reduzir essa taxa de juros? É, realmente, diminuindo a correção cambial. E qual é a única forma de reduzir a correção cambial? É diminuindo a inflação.

Por isso é que o Ministro Galvêas disse aos senhores, aqui, que não há nenhuma esperança de que a taxa de juros se reduza sem que se reduza a inflação; as duas coisas estão ligadas pela taxa de câmbio. E nós vamos continuar com essa política. Porque é a única que existe. Tanto é a única, que os Estados Unidos, querendo corrigir o seu balanço, elevaram a taxa de juros interna. Por que é que a Alemanha elevou a taxa de juros interna? Nunca antes se ouvia falar em Deutsch Mark com 14% de taxa de ju-

ros. Por que? Porque, se não elevar a taxa de juros, fogem os capitais; e eles, que eram credores, estão se transformando em devedores, como nós vamos ver a seguir, com o seu déficit em conta-corrente indo para US\$ 17 bilhões. E não há truque ideológico que supere isto. Pode ser de esquerda, de direita, de centro, neste caso a Aritmética não tem contemplação com ninguém. E não há também sistema econômico... Porque muitas vezes se ouve dizer: "Ah! Mas se o modelo fosse diferente isso não era assim."

Nós estamos vendo a Polônia. Nós estamos vendo todos os outros países que têm modelo muito diferente, que quebraram simplesmente, porque não conseguiram manter esse sistema funcionando. Porque não há truque ideológico capaz de superar essa desigualdade Aritmética. Mas, para que nós tenhamos controle, para que esta taxa de juros permaneça no nível em que ela está, é preciso uma política monetária realmente austera, que controle não apenas os meios de pagamento mas que, através dos meios de pagamento, ajude a controlar o total de dispêndio nacional. Foi por isso que nós introduzimos uma limitação seletiva de crédito, uma expansão seletiva de 50%.

As pessoas normalmente dizem: "Mas como? Cinquenta por cento, quando a inflação anda por volta de 110%? Isso é um bando de loucos."

O crédito externo não está sujeito a estes limites. Tanto que, quando os senhores olharem as aplicações, os empréstimos dos bancos, eles estão crescendo a quase 80%. Por que? É porque o sistema está funcionando.

Isto não é uma crítica. Isto devia ser um elogio.

O sistema está funcionando exata-

mente porque montamos os diques, porque ele só pode funcionar no buraco que você abriu no dique. Ele não tem por onde caminhar. Isto é, conseguiu-se pôr toda a comunidade empresarial para trabalhar na linha que o Governo quer. Para fazer isso, nós tivemos que acabar com o crédito subsidiado e deixá-la ir buscar o dinheiro lá fora. De forma que isto é programado, isto foi projetado para ser assim. E não tem outra forma.

Nós construímos uma alavanca. Porque não se pode garantir isto aqui simplesmente pelo mercado. Nós construímos uma alavanca pondo o Imposto de Operações Financeiras — IOF sobre os empréstimos domésticos. De tal forma que, se a desigualdade está sendo violada, eu aumento ou diminuo o IOF. Então, nós temos uma alavanca para manter a desigualdade funcionando na direção correta e abrimos no dique uma fresta, que é o único lugar pelo qual se pode buscar crédito. Graças a isto é que a situação hoje é bastante mais tranqüila do que no passado. Nós estamos com uma entrada de recursos que é extremamente favorável. Nós recebemos praticamente US\$ 9 bilhões de recursos nos cinco meses de 81. Eu acho que "fecharemos" este ano sem nenhuma dificuldade maior, o que mostra que o sistema está realmente funcionando.

Agora, vamos pensar um pouquinho no que está acontecendo. Vejamos no gráfico a seguir o nosso objetivo, o que era o objetivo fundamental: manter o balanço de pagamentos sob controle. E o nosso segundo objetivo: produzir substituição na produção interna de energia. Estes dois objetivos são compatíveis. Quando eu empurro um, eu favoreço o outro. Quer dizer, eles são como se fossem complementares, eles caminham na mesma direção.

Se os senhores olharem para o que aconteceu, vão ver o seguinte: tudo o que foi feito representa aumento de preços. Quando eu dou um crédito de IPI, significa que cortei a receita do Tesouro em Cr\$ 60 bilhões, Cr\$ 70 bilhões. Ora, de duas, uma: ou eu faço um excedente, ou corto também a despesa em Cr\$ 70 bilhões. Normalmente isso não é fácil: a gente corta Cr\$ 30 bilhões, os outros Cr\$ 40 bilhões ficam sobrando. Então, ou você aumenta o imposto, porque tem um limite para arranjar outros Cr\$ 40 bilhões, ou tem que fazer operação de mercado aberto, ou seja, acaba-se puxando a taxa de juros um pouquinho. Portanto, de novo produz-se uma certa inflação.

Quanto ao crédito à exportação, é igual; o crédito à exportação eu tenho de dar uma conta de crédito à exportação relativamente frouxa, e aí, sim, um crédito subsidiado. Porque este é que é o "salzinho" adicional que nós estamos pondo em cima da taxa de câmbio, para que as empresas se dirijam para a exportação. Aqui também eu produzo um

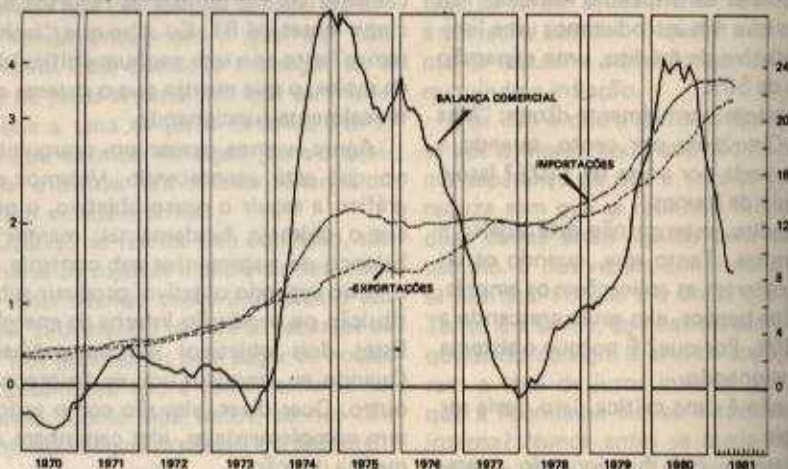
pouco de inflação. Na desvalorização cambial, ela é consequência e causa, eu corrijo a taxa de câmbio pela inflação interna, mas ela volta em cima da inflação interna por uma elevação no preço dos produtos importados, e também por uma elevação no preço dos produtos exportados. Isto é, quando eu deixo a taxa de câmbios se ajustar rapidamente, o preço do óleo de soja aqui dentro sobe, de acordo com a desvalorização cambial, porque se eu não o deixar subir aqui dentro, simplesmente todo o óleo é exportado. E, se eu fizer um controle da exportação, eu começo a meter um sistema de contradições aqui dentro que fica uma enorme dificuldade administrativa. Então, também se tem inflação.

A elevação do IOF obviamente produziu um impacto, mas isso tem um efeito de uma vez só. Ele aumentou os preços, aumentou uma vez só, o IOF permanece, mas ele produziu uma certa inflação. A substituição do petróleo, nós vamos ver daqui a pouco, é realmente uma das fontes mais nítidas de criação da inflação.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES AGREGADAS E SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
ÚLTIMOS 12 MESES

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL - US\$ BILHÕES

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES - US\$ BILHÕES



O resto também eleva a taxa de juros, de forma que se tem mais inflação. Ou seja, a solução do problema de balanço de pagamentos contém em si uma alta dose de inflação. Quando eu resolvo o problema do balanço de pagamentos, eu empurro a inflação para cima, e o fato de se ter caminhado para uma solução, ou relativo sucesso na solução do problema do balanço de pagamentos, significa que se conseguiu fazer a inflação necessária para ter aquele sucesso.

O gráfico anterior permite observar se a política caminha na direção correta. Ele dá a média das importações e das exportações nos últimos 12 meses. Quando eu estive aqui a última vez, em maio de 80, eu dizia para os senhores que a política era fazer convergir as duas curvas: das importações e das exportações. E, realmente, se os senhores olharem, estas curvas convergem. Nós já tivemos um saldo positivo mês passado e esperamos que no correr do ano tenhamos mais saldos positivos. Os senhores vêem, então, que a balança comercial, dividida em 12 meses, que estava com um déficit de ordem de US\$ 4 bilhões, já está com cerca de US\$ 1 bilhão e 400 milhões. E nos cinco primeiros meses de 81, o déficit do comércio já está menor do que US\$ 400 milhões.

Há aqui um inegável sucesso da política; quer dizer: a política posta em prática conduziu as variáveis reais para a direção correta. Realmente, nós caminhamos no sentido de fechar a balança comercial, nós estamos caminhando no sentido de equilibrar a balança comercial. É interessante os senhores observarem o primeiro choque do petróleo e o segundo. No primeiro choque, entre 74 e 77, o Brasil leva três anos para produzir a adaptação. No segundo, o Brasil já foi capaz de produzir o ajuste em prati-

camente um ano. Ou seja, a economia já estava preparada para este segundo choque. Ela sofreu menos. Ainda que o efeito sobre os preços tenha sido muito maior, ela já estava no caminho da adaptação. E os senhores vejam que, se realmente não tivesse havido o segundo choque do petróleo, o Brasil teria resolvido o seu problema.

A grande verdade é que a política posta em prática no Governo Geisel estava conduzindo para a solução, e já se tinha atingido um ponto em que as coisas estavam mais fáceis. O segundo choque do petróleo iniciou tudo de novo.

Uma visão mais clara disso pode-se ter no gráfico a seguir que é, realmente, a relação entre o saldo da balança comercial e as exportações agregadas nos 12 meses.

Os senhores vêem que, em 77, se tinha chegado praticamente com superavit — pequeninho, mas um superavit — e que depois se teve de novo uma alta.

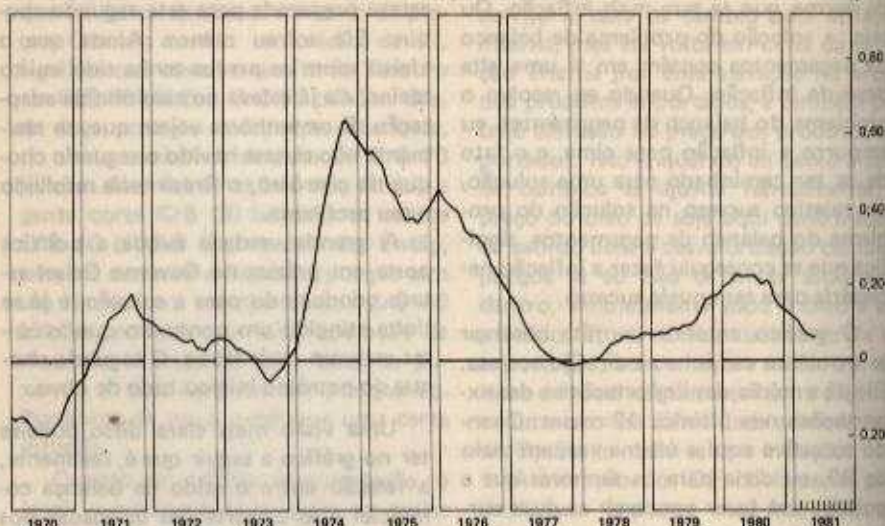
Agora, é interessante.

O petróleo passou de 2 para 12 dólares, em 1974. Depois passou de 12 para 34 dólares, em 1979. Vejam que a rapidez com que a economia se ajustou foi consideravelmente maior no último choque.

Isso mostra o seguinte: certamente nós estamos conseguindo algum sucesso na solução do problema do balanço de pagamentos. Eu acredito que — ao voltar aqui em maio do ano que vem — possa dizer para os senhores que nós temos de novo um superavit, mesmo que seja pequeno. E que, mais uma vez, se realize o processo de ajustamento.

Mas todo esse processo de ajustamento deixou aquela dívida a que nos referimos: e mais, hoje nós juntamos à crise do petróleo a elevação da taxa de juros externa.

RELAÇÃO ENTRE OS SALDOS DA BALANÇA COMERCIAL E AS EXPORTAÇÕES AGREGADAS



Vejam o seguinte: algumas pessoas imaginam: "Isso é uma verdadeira desgraça: além de ter subido o preço do petróleo, subir a taxa de juros."

Não é, não! No fundo, é a mesma coisa. Qualquer sujeito que pensasse alguns minutos saberia que, depois da crise do petróleo, teria de haver um ajuste na taxa de juros. De forma que isso também não é surpresa para ninguém. Certamente é surpresa a taxa de juros ter ido para 19% e 20%, mas que ia ter um reajustamento, todo mundo sabia. Por que? Porque não há nenhum segredo, não há nenhuma novidade no caso brasileiro. O caso brasileiro é exatamente igual ao caso de qualquer outro país que não produz petróleo.

Os países europeus estão se ajustando elevando a taxa de juros, da mesma forma que nós. Quando nós tomamos dinheiro lá, nós temos o efeito duplo: é o efeito da nossa elevação e da elevação da

taxa deles. Mas é uma coisa que tinha de acontecer. Agora, vejam no gráfico

"Contas Externas: Indicadores Seleccionados", que relaciona a taxa anual de juros (Libor), o déficit de serviços e o pagamento de juros: em 77, pagávamos de juros US\$ 2 bilhões e este ano estamos pagando US\$ 8 bilhões, o que aumentou consideravelmente a conta do déficit de serviços. Também aqui — ainda que isto possa parecer uma coisa triste, desagradável — nós temos que entender que é assim mesmo.

Não há outra saída, a não ser realmente exportar, mobilizar a economia para gerar os recursos necessários para exportar e baixar as importações.

Por que?

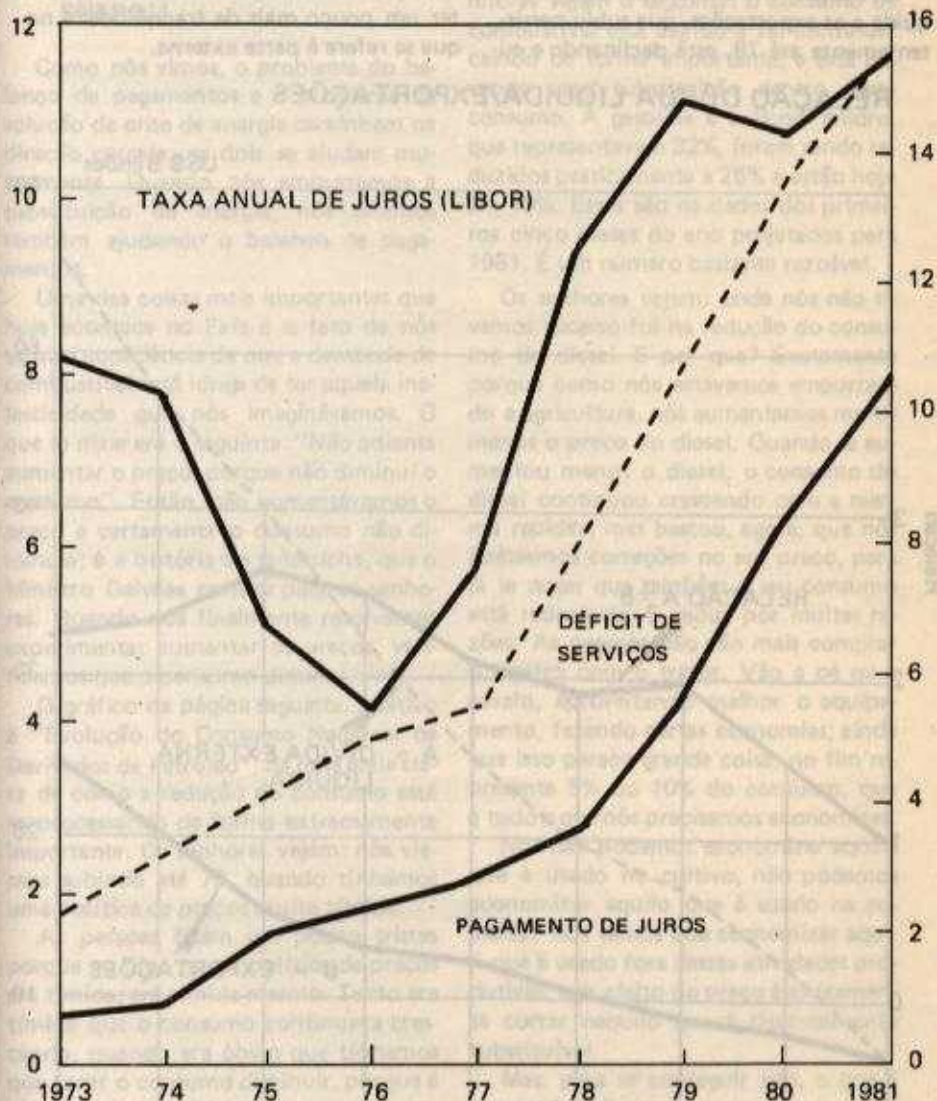
Porque nós temos de pagar a fatura.

Quanto mais rapidamente nos ajustarmos, tanto mais rapidamente nos livraremos deste pesadelo.

CONTAS EXTERNAS: INDICADORES SELECIONADOS

US\$ Bilhões

% ao ano

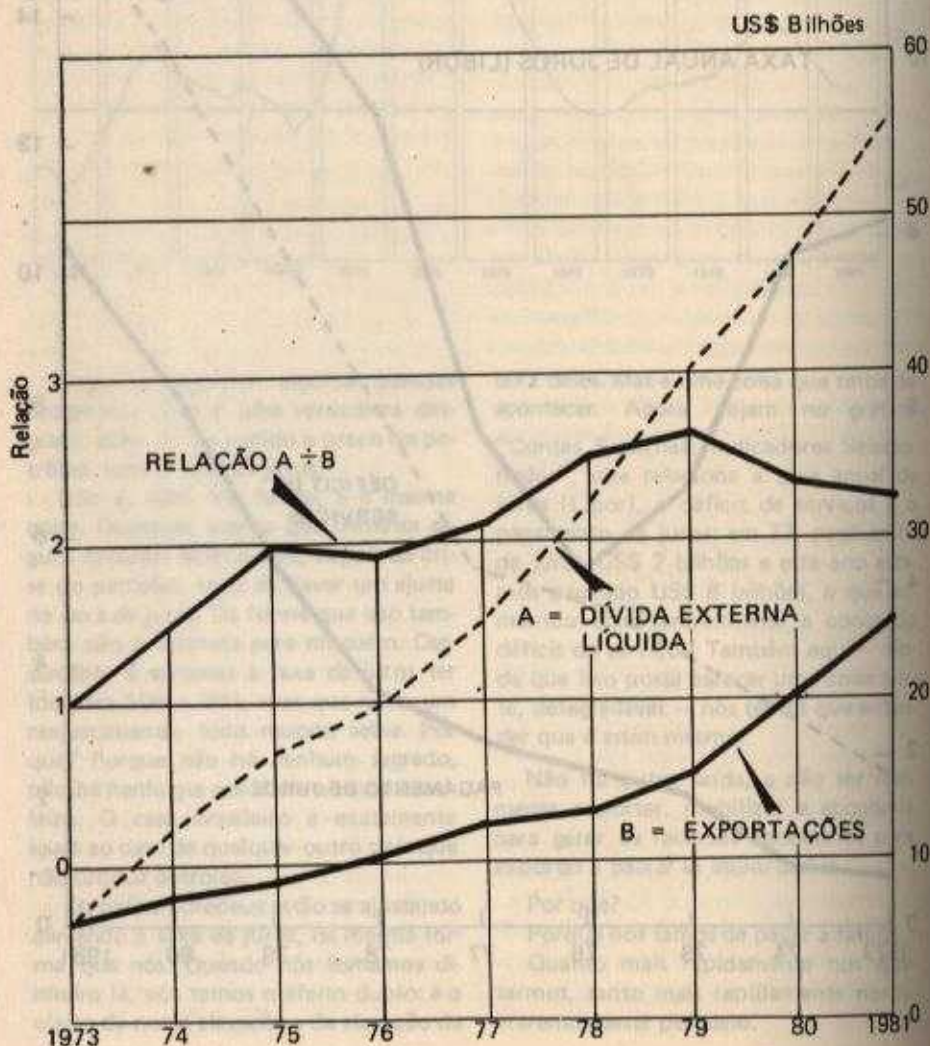


No gráfico a seguir os senhores podem ver que as coisas caminham na direção correta.

A relação entre a dívida externa líquida e as exportações, que subiu persistentemente até 79, está declinando e eu

acho que temos condições de mantê-la declinante, o que significa que o Brasil viabilizou o seu problema externo; significa que o Brasil está em vias de voltar a ter um pouco mais de tranquilidade no que se refere à parte externa.

RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA/EXPORTAÇÕES



Passemos, agora, ao problema da adaptação da economia à crise de energia.

III — ADAPTAÇÃO À CRISE DE ENERGIA

Como nós vimos, o problema do balanço de pagamentos e o problema da solução da crise de energia caminham na direção correta; os dois se ajudam mutuamente. Quando nós empurramos a substituição de energia, nós estamos também ajudando o balanço de pagamentos.

Uma das coisas mais importantes que hoje acontece no País é o fato de nós termos consciência de que a demanda de combustível está longe de ter aquela inelasticidade que nós imaginávamos. O que se dizia era o seguinte: "Não adianta aumentar o preço, porque não diminui o consumo". Então, não aumentávamos o preço e certamente o consumo não diminuía; é a história do sanduíche, que o Ministro Galvão contou para os senhores. Quando nós finalmente resolvemos experimentar aumentar os preços, verificamos que o consumo diminui, sim.

O gráfico da página seguinte, relativo à "Evolução do Consumo Nacional de Derivados de Petróleo", dá uma idéia clara de como a redução do consumo está se processando de forma extremamente importante. Os senhores vejam: nós viemos subindo até 79, quando tínhamos uma política de preços muito tímida.

As pessoas ficam um pouco tristes porque eu digo que a política de preços era tímida; era tímida mesmo. Tanto era tímida que o consumo continuava crescendo, quando era óbvio que tínhamos que fazer o consumo diminuir, porque é o único jeito de ajustar.

A partir de 79 nós começamos uma política de preços mais agressiva, uma

política de preços que atinge afinal a todos nós, a cada um de nós; quando vamos sair no fim-de-semana, realmente somos protagonistas desta queda. Os senhores vejam o seguinte: o consumo de combustível está caindo e vai continuar caindo de forma importante, e está havendo uma substituição dentro deste consumo. A gasolina e o álcool anidro, que representavam 32%, foram sendo reduzidos praticamente a 25% e estão hoje em 19%. Esses são os dados dos primeiros cinco meses do ano projetados para 1981. É um número bastante razoável.

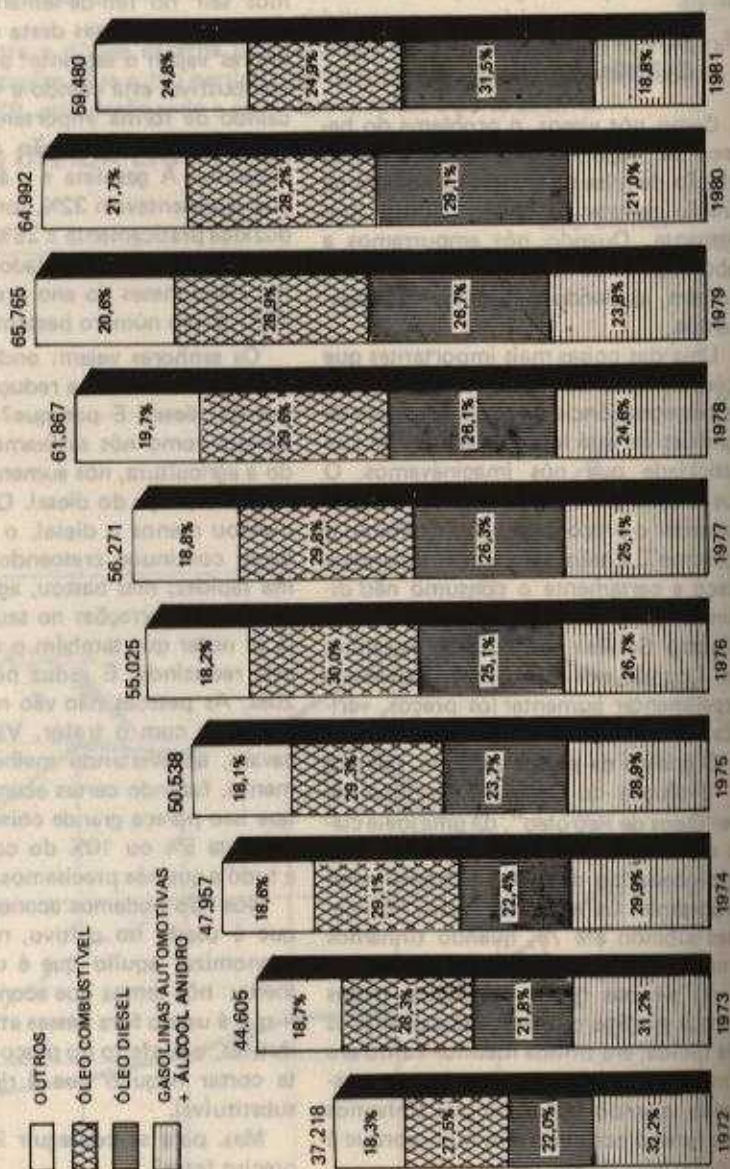
Os senhores vejam: onde nós não tivemos sucesso foi na redução do consumo do diesel. E por que? Exatamente porque como nós estávamos empurrando a agricultura, nós aumentamos muito menos o preço do diesel. Quando se aumentou menos o diesel, o consumo do diesel continuou crescendo com a mesma rapidez; mas bastou, agora, que nós fizéssemos correções no seu preço, para já se notar que também o seu consumo está reduzindo. E reduz por muitas razões. As pessoas não vão mais comprar o cigarro com o trator. Vão a pé ou a cavalo, aproveitando melhor o equipamento, fazendo certas economias; ainda que isso pareça grande coisa, no fim representa 5% ou 10% do consumo, que é tudo o que nós precisamos economizar.

Nós não podemos economizar aquilo que é usado no cultivo, não podemos economizar aquilo que é usado na colheita: nós temos que economizar aquilo que é usado fora dessas atividades produtivas, e o efeito do preço é exatamente cortar naquilo que é rigorosamente substituível.

Mas, para se conseguir isto, o que é preciso fazer?

Para conseguir isto foi preciso, primeiro, elevar dramaticamente o preço

EVOLUÇÃO DO CONSUMO NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

VALORES TOTAIS EM 1.000 m³

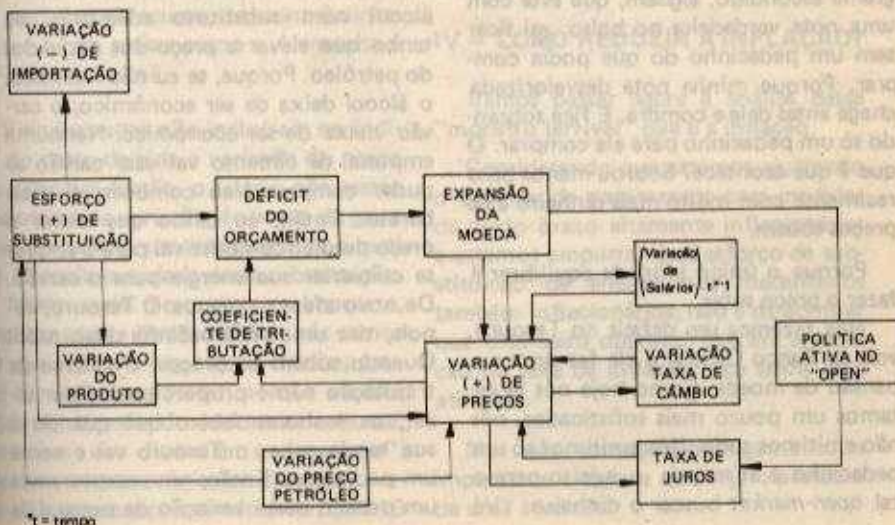
dos derivados do petróleo e, segundo, era preciso elevar o preço da energia. É óbvio. Por que é que não se produzia álcool antes? Não se produzia álcool porque o álcool era um substituto muito ineficiente da gasolina. Foi preciso que o petróleo atingisse US\$ 36 por barril, para o álcool se transformar num combustível relativamente eficaz. Foi preciso, de qualquer forma, alterar os preços relativos da energia importada e da energia produzida internamente para que fosse possível produzir internamente o substituto. Eu costumo dizer, sem nenhuma originalidade, que o primeiro substituto do petróleo é o petróleo; o segundo é o petróleo; o décimo também é o petróleo; o décimo-primeiro, quem sabe, é o álcool. De maneira que isto dá uma idéia do que é preciso pagar em custos sociais para sair de um combustível mais eficiente para um combustível menos eficiente. Foi preciso, portanto, pagar um preço altíssimo por isto. E nós pagamos. O Brasil pagou este preço. O Brasil, realmente, reajustou os preços in-

ternos dos derivados do petróleo como poucos países o fizeram. Alguns países fizeram isso com maior rapidez, mas o Brasil, realmente, conseguiu fazer essa adaptação a duras penas.

Como este programa empurra a inflação, é visto ao lado.

Como é que faz o esforço de substituição? Eu vou fazer o álcool, por exemplo, e quero aumentar a produção de carvão. Para aumentar a produção de carvão, eu preciso aumentar os investimentos na pesquisa de carvão; preciso aumentar os investimentos nas minas de carvão; preciso aumentar os investimentos no transporte e no armazenamento do carvão. Ou seja, para eu aumentar a produção de carvão, eu preciso fazer um volume muito importante de investimentos. Para aumentar a produção de álcool, eu preciso também fazer um volume muito grande de investimentos. Tenho que produzir cana, tenho que produzir as usinas e somar todo esse investimento.

Encurtando a conversa, nós aplicamos no Proálcool, este ano, 1 bilhão e



meio de dólares. De onde vem esse bilhão e meio de dólares? Se você perguntar para alguém: "Quer dar 10 cruzeiros aí para a gente fazer o Proálcool?", o sujeito diz: "Esse negócio não é comigo. Eu nem uso o álcool, eu uso gasolina. Como é que você quer que eu pague este negócio?" Ninguém quer pagar. Agora, explica para a gente o seguinte: se ninguém quer pagar, como é que a gente faz? Só tem um jeito: é tomar o dinheiro. E a forma simples de tomar dinheiro é fazer a inflação. A inflação é simplesmente um mecanismo ineficaz de tributação. Como é que isso se processa? Da seguinte forma — tudo planejado, e elegantemente... — Nós fazemos um programa lindo, tudo com as curvas certinhas, vamos produzir tanto de açúcar, tanto de usina, tanto de guindaste, tanto de transporte, aí diz: "Vai para o Tesouro"; a "viúva" comparece e diz: "Eu banco." "Eu banco" significa o seguinte: eu vou ao Banco Central e peço para ele fabricar umas notinhas por lá por baixo do pano, e eu vou pagar escondido este programa aqui. Quando eu pago aquele programa escondido, alguém, que está com uma nota verdadeira no bolso, vai ficar sem um pedacinho do que podia comprar. Porque minha nota desvalorizada chega antes dele e compra. E fica sobrando só um pedacinho para ele comprar. O que é que acontece? Sobrou menos bens realmente com muito mais dinheiro e os preços sobem.

Porque o único jeito de equilibrar é fazer o preço subir.

Nós fazemos um déficit no Tesouro, vou ao Banco Central e ele faz uma expansão de moeda. Como hoje nós já estamos um pouco mais sofisticados, nós não emitimos tudo. Nós emitimos só um pedacinho e aí manda o sujeito para o tal *open-market* buscar o dinheiro: "Vá

no *open* e tome o dinheiro dos caras." Mas, para tomar o dinheiro dos caras, o que é que é preciso? Elevar a taxa de juros. Mas, quando eleva a taxa de juros, sobem os preços. E a elevação de preços dá uma volta em cima da taxa de juros. Mas, vamos dizer, se o processo terminasse aqui, estava tudo bem.

Mas, não.

Esta expansão da moeda causa variação nos preços e quem chega na frente compra e quem chega depois já não pode comprar pelo mesmo preço. Então os preços sobem. Uma vez elevado o preço, passa para o salário, no período seguinte. E volta de novo para os preços. Mas, como eu estou querendo resolver o meu problema do balanço de pagamentos, eu não posso deixar de fazer subir a taxa de câmbio, e o efeito se volta de novo para os preços.

O preço aqui é como o coração na-quele samba do Adoniram Barbosa, "está tão fechado que não cabe mais nada". O que é que acontece? Tudo converge para aumentar os preços. E ainda por cima, para eu transformar o álcool num substituto adequado, eu tenho que elevar o preço dos derivados do petróleo. Porque, se eu não fizer isso, o álcool deixa de ser econômico; o carvão deixa de ser econômico. Nenhuma empresa de cimento vai usar carvão se puder comprar óleo combustível mais barato. Então, eu tenho que elevar o preço do óleo combustível para a empresa converter sua energia para o carvão. De novo afeta os preços. O Tesouro, depois, tira uma rebarbazineira disso tudo. Quando sobem os preços, o sistema de tributação não é proporcional. Quer dizer, os senhores sabem que quando a sua renda sobe, o Tesouro vai e come um pedacinho. Então, nós recapturamos um pedaço dessa variação de preço e da

variação do produto, porque quando eu estou produzindo cana, estou produzindo a usina, a estrada-de-ferro; enfim, quando estou aumentando o produto, um pedacinho disto tudo volta para o Tesouro. Ou seja, o efeito líquido do esforço de substituição é todo o sistema mostrado no gráfico anterior, com exceção das variações nos preços e no câmbio, que representam uma pequena receita. Mas isso, no fundo, pode representar 10 ou 15% do programa, somente.

O programa de substituição energética produz, portanto, uma enorme inflação. Mas não é por causa disso que nós vamos parar o programa. Por que?

Porque nós sabemos que precisamos dessa substituição. Não é uma questão de poder ou não poder fazer. É uma questão de ter que fazer. Alguém pode dizer: "Há uma forma muito mais simples." "Eu concordo. Num país de renda diferente da nossa, nós introduziríamos um imposto para a produção de combustível, um imposto pessoal para financiar a substituição, não é transferível, e tiraria todo esse recurso do contribuinte. Como é que países como a Alemanha e a França fizeram?

Simplesmente não incluíram no índice do custo-de-vida a variação do preço do petróleo. Então, o salário não cresce por efeito da variação do preço da gasolina. E aquilo é um imposto com o qual ele financia o pedaço dessa substituição. A forma mais direta era, realmentete, explicar para a Nação: "Olha, nós vamos ter que cobrar o imposto, e esse imposto vai ser de pessoa física, porque ele não pode ser transferido de forma nenhuma; com isso vou financiar o programa". Mas esse imposto seria um imposto cavalal. Nós estamos investindo, hoje, US\$ 10

bilhões no programa energético para um Produto de US\$ 250 bilhões, ou seja 4% do Produto. Os senhores vejam o que significa tomar 4% do produto das pessoas físicas. As pessoas físicas talvez consumam o que? Oitenta por cento do Produto. Isso representaria um imposto de 6% sobre o consumo efetivo. É uma redução dramática. O pior é que essa redução acontece entre nós, embora de uma forma menos inteligente, ou seja, fazendo inflação. Simplesmente porque não existe essa racionalidade, não existe esse mínimo de possibilidade de se convencer a Nação de que, realmente, para fazer isto sem inflação, seria preciso um cavalal aumento de imposto. Por que? Porque todo mundo já tem a sensação de que não pode pagar mais nada. E até de vez em quando é verdade. Mas, queramos ou não, nós acabamos pagando esse imposto. A inflação é o mecanismo pelo qual esse imposto é tomado da gente.

Portanto, de novo, o grande esforço de substituição tende a acelerar a inflação.

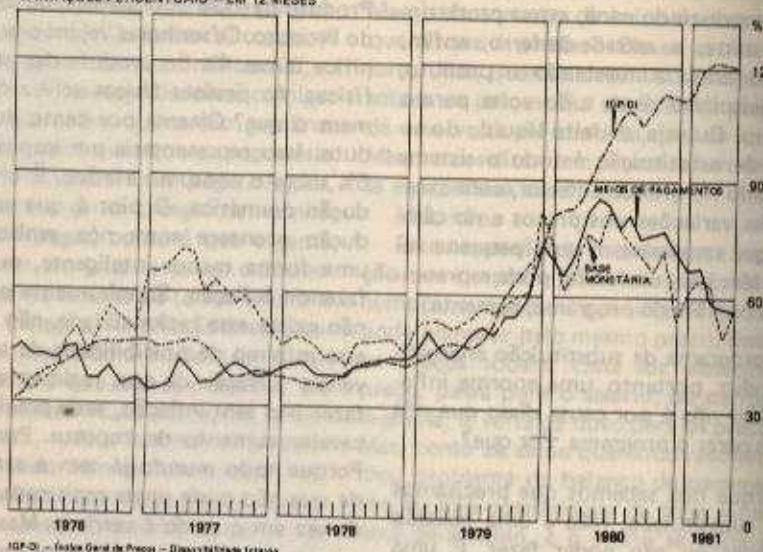
IV — COMO REDUZIR A INFLAÇÃO?

Vamos passar agora à análise desse "monstro terrível" que é a inflação.

Considerando que estamos ajustando o balanço de pagamentos com medidas de curto prazo altamente inflacionárias e estamos empurrando o esforço de substituição de energia por mecanismos também inflacionários, não é de admirar que o terceiro objetivo, que era a redução da taxa de inflação, não tenha sido atingido.

Mas nós conseguimos alguma coisa importante e espero que seja o prelúdio de uma inversão.

MEIOS DE PAGAMENTO, BASE MONETÁRIA E IGP-DI
VARIACÕES PERCENTUAIS - EM 12 MESES



Os senhores vêem no gráfico que o Índice Geral de Preços estava constante no limiar do segundo choque do petróleo. Ele ficou mais ou menos constante em 79 e daí começou a acelerar e veio embora.

Não é só o petróleo. Algumas pessoas pensavam que seria preciso chamar um Prêmio Nobel de Economia para dizer que não é o petróleo que causa inflação. Mas, qualquer economista nosso sabia isso. Não precisava gastar dólares para chegar a esta brilhante conclusão.

É claro que o petróleo é um "starter". Quando você dá a partida num esforço de substituição de importações, de um lado, e de um esforço de correção de balanço de pagamentos, do outro, além de adotar um mecanismo de política salarial mais liberal, tudo isso põe em movimento uma máquina infernal que se vai auto-alimentando e produzindo essa inflação que se vê no gráfico, a partir de 1979, subindo em 80 e 81.

Claramente os senhores vêem o que seria, digamos uma reta que dá a inclinação da taxa de crescimento da inflação. Também se vê claramente a inversão da curva da política monetária, que já vai produzindo os primeiros efeitos de paralisar e inverter a curva da inflação.

Espero que isto seja o começo da redução contínua da taxa, porque estamos usando políticas fiscal e monetária que devem conduzir à redução da inflação.

Algumas pessoas dizem, no Brasil, que a política está certa, mas a dose está errada. O que está errado é a forma de aplicar, porque ninguém imagina, nem no Brasil, nem na China, nem na Rússia, nem nos Estados Unidos, nenhuma outra forma de corrigir a inflação a não ser começando a agir por uma combinação de política monetária e de política fiscal.

Há pessoas que falam em modelo, dizem que "tem de mudar o modelo".

Pergunta-se: O que é modelo? Não tem esse negócio de modelo "Socialista" capaz de inventar outro mecanismo diferente daquele que se usa na sociedade "exploradora", "capitalista". Ambos têm de usar uma política monetária.

A China não é uma economia capitalista e, no entanto, controla rigidamente os meios de pagamento e procura fazer superavit fiscal, porque é a única forma, realmente, de combater a inflação.

Isso acontece na Inglaterra, na Itália; acontece nos Estados Unidos; não é apenas por falta de imaginação: é que ninguém descobriu outro recurso, outro jeito!

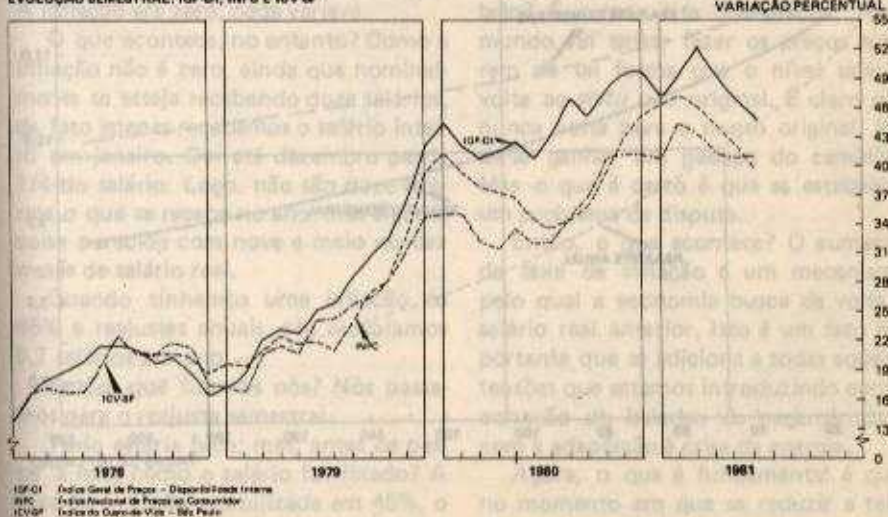
Exatamente por isso passamos a efetuar o controle mais duro da base monetária. Vocês podem perguntar o seguinte: "Por que não fez isso em 1980?"

Não fizemos porque as pressões de custo eram tais que se nós tivéssemos controlado os meios de pagamento dessa forma não teríamos tido as duas grandes safras agrícolas. Não teríamos podido expandir o crédito agrícola como

queríamos. Nenhum sistema seria capaz de absorver em três ou quatro meses, apenas, a brutal elevação de preços do petróleo a partir de 79. Era preciso que a taxa de inflação atingisse um patamar onde a gente pudesse sentir que, dali para a frente, dava para controlar e segurar. Ela tinha que se cansar um pouco, a política monetária mostrar-se eficaz e a partir daí, declinar a taxa de inflação.

Uma coisa é certa: mais dia, menos dia, esta curva da inflação que está no mais alto nível, vai fazer o mesmo movimento. Isso podemos dizer que é uma crença apoiada em um bilhão de observações. O Sol pode deixar de nascer amanhã, mas é muito pouco provável. Aqui também pode ser que não aconteça, mas é muito pouco provável. Então, temos 300 anos de história monetária para provar que isso acontece. Isso tem um custo. Se fosse de graça não haveria problema, mas não existe esse negócio de almoço grátis em economia. Cada coisa tem de pagar direitinho. Quando eu consigo uma vantagem de um lado,

INDICADORES DE PREÇOS
EVOLUÇÃO SEMESTRAL: IGP-DI, INPC E IGV-SP



perco em outro. Isso é como se fosse um jogo de soma nula; quando ganha num, perde no outro.

Se queremos crescer depressa, não podemos ter uma alta taxa de inflação, porque aumenta a incerteza do processo econômico, dificulta o funcionamento da economia. É preciso, portanto, baixar essa taxa e não tem outra saída: temos de baixá-la.

O gráfico mostra períodos de seis meses de observação, como se tivéssemos encurtado o ano para seis meses. Depois da subida ao novo patamar em 1980, o Índice Geral, o INPC e o ICV já apresentam realmente uma estabilização, uma mudança. A tendência se processou já na virada de 1980.

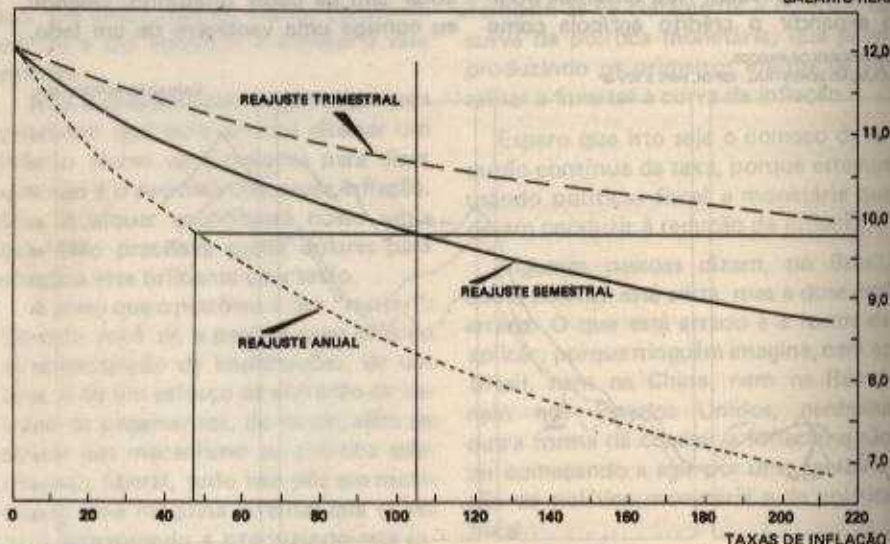
Estamos com taxas estabilizadas — altíssimas, mas estabilizadas — o que significa que devemos ter oportunidade de começar a reduzi-las dentro de pouco tempo.

Qual é o fator fundamental mais renitente para reduzir essa taxa de inflação? De um lado, a aceleração da taxa de juros; as pessoas atribuem à aceleração da taxa de juros uma importância muito maior do que ela tem. Normalmente, quando o sujeito diz que está pagando 140% de juros, é mentira! É que ele não diz que recebeu dinheiro do BNDE a 22% sem correção monetária; que recebeu um dinheirinho do Banco do Brasil a 45%, sem mais nada. Quando se faz a média, a taxa de juros obviamente não é essa. Essa é a taxa de juros de um segmento do mercado, do segmento livre do mercado.

A taxa real no Brasil certamente é uma taxa elevadíssima, que deve andar em torno de 14,18%, mas não é os 25% ou 26% a que as pessoas se referem, porque ninguém conta direito a história do seu débito.

VALOR DO SALÁRIO ANUAL REAL, DADAS DIFERENTES TAXAS DE INFLAÇÃO

SALÁRIO REAL



Todo mundo conta a história do que quer conseguir, ninguém conta o que já conseguiu. E não há empresa no Brasil, a não ser uma empresa pequena, que não haja tomado dinheiro nesse mercado. Normalmente ele vai ao Banco do Brasil, onde realmente a taxa não é de 140. Se for empresa industrial de porte, essa pessoa certamente tem programa subsidiado pelo Governo. O que significa que a taxa de juros é menor do que aquela a que se refere.

O gráfico mostra o que, na minha opinião, é hoje o fator mais renitente para uma redução dramática da taxa de inflação. Quando digo redução da taxa de inflação, quero dizer uma baixa que realmente venha a ser notada pelas pessoas. Quando a inflação estabiliza, como agora, todo mundo acha que é igual. Inflação de 120 que cai para 110, realmente não causa nenhuma sensibilidade maior.

Vejam o gráfico onde se tem salário real medido ao longo dos meses; se a inflação fosse zero, cada um receberia por ano rigorosamente doze salários.

Todo mundo receberia doze salários. A inflação era zero, nada variava.

O que acontece, no entanto? Como a inflação não é zero, ainda que nominalmente se esteja recebendo doze salários, de fato apenas recebemos o salário inteiro em janeiro. Daí até dezembro perde 1/4 do salário. Logo, não são doze salários o que se recebe no ano, mas alguma coisa parecida com nove e meio ou dez meses de salário real.

Quando tínhamos uma inflação de 45% e reajustes anuais, nós recebíamos 9,7 salários por ano.

Então, que fizemos nós? Nós passamos para o reajuste semestral.

Tudo estaria bem; mas, antes de passar a isso, como o salário foi fixado? A taxa de inflação estabilizada em 45%, o

que significa? O seguinte: que havia relativo equilíbrio na distribuição de renda; isto é, o sujeito pensava que recebia doze, recebia 9 e meio e os outros pensavam que tinham lucro X; tinham lucro X, menos alguma coisa. Estava mais ou menos equilibrado.

Então, introduzimos o reajuste semestral, que é da maior justiça, porque dá a impressão não ser justo tomar dois e meio salários como tributação escondida.

Quando se introduz o reajuste semestral e, com a mesma taxa de inflação, se altera o salário real, a taxa de salário real passou de 9,7 para 10,7. Ora, acontece que quando se eleva o salário real coisa de 8 a 9%, o sistema todo entra em desequilíbrio. Com 9,5% a mais de salários, tínhamos de comer mais 6% do Produto. Mas há os outros, os que vivem de renda e não de salários, que teriam de abdicar de 6% do Produto.

O que acontece é que todo mundo quer acabar com a inflação do outro, não a sua.

Quem perde não se contorna.

Como é que se restabelece o equilíbrio? É com a alta dos preços. Todo mundo vai tentar fazer os preços subirem de tal forma que o nível salarial volte ao *statu quo* original. É claro que nunca volta para o ponto original. Pode-se ganhar um pedaço do caminho. Mas o que é certo é que se estabelece um problema de disputa.

Então, o que acontece? O aumento da taxa de inflação é um mecanismo pelo qual a economia busca de volta o salário real anterior. Isso é um fato importante que se adiciona a todas aquelas tensões que estamos introduzindo com a correção do balanço de pagamentos e com a adaptação à crise de energia.

Agora, o que é fundamental é que, no momento em que se reduzir a taxa

de inflação o salário real vai subir; tem de subir.

Aqui é que está a grande dificuldade. Quando o salário real começar a subir, as outras forças se põem em marcha de novo, para impedir que isso aconteça. E a inflação volta para o ponto anterior. Para conseguir um sucesso você precisa, então, um choque externo, uma repetição 4 ou 5 anos seguidos de safras agrícolas gigantescas, de tal jeito que praticamente estabilize os preços dos produtos agrícolas. Ou, realmente, introduzir uma política salarial que mantenha o nível do salário real. De qualquer forma, isto introduz uma enorme rigidez para o combate à inflação.

Ainda assim, eu acho que nós devemos conseguir taxas de inflação decli-

nantes. Não conseguiremos nada muito dramático. Mas vamos conseguir, como os números estão demonstrando, algum sucesso nesta política.

V – CRESCIMENTO E EMPREGO

Eu voltaria agora ao ponto inicial desta palestra, que já está um pouco longa. O Brasil é um País que está crescendo e precisa crescer. O Brasil não tem outra forma de resolver os seus problemas, a não ser crescendo. As pessoas imaginam que nós estamos num processo de recessão. Frequentemente se fala em recessão.

Antes de passar ao problema de crescimento, eu vou tomar a liberdade de mostrar para os senhores um exemplo de desemprego ligado ao negócio de sa-

**Número de Pessoas Procurando Emprego por Faixa de Idade
(1.000 pessoas) – Rio de Janeiro**

Faixa de Idade	Maio/80		Maio/81		Variação	
	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego
15 – 19	313,9	90,2	290,9	96,9	- 23,0	6,7
20 – 24	511,5	89,9	496,9	98,9	- 14,6	9,0
25 – 49	1.849,4	90,2	1.865,8	104,8	16,4	14,6
+ de 50	489,4	9,6	510,0	7,6	20,1	- 2,0
TOTAL	3.164,7	279,9	3.163,6	308,2	- 1,1	28,3
PEA Expandida (Em 1.000 pessoas)	3.444,6		3.471,8		27,2	

Taxas de Crescimento: maio 81/maio/80

PEA* : 0,8%

Emprego: 0,0%

* PEA = População Economicamente Ativa

lário, que é muito importante. Normalmente, se imagina que a política econômica está causando um grande desemprego, que nós estamos numa recessão. O IBGE fez um levantamento bem preciso e hoje nós sabemos quantas pessoas estão trabalhando, quantas pessoas estão desempregadas, qual o sexo dessas pessoas e conhecemos a sua distribuição etária.

porque é um ano em que a economia estava a plena carga: crescemos 8,5%. Comparemos esta época em que a economia estava a plena carga, com maio de 81, onde se diz que o Brasil está numa grande recessão. As pessoas ocupadas em maio de 80 eram 4 milhões 150 mil pessoas. As pessoas ocupadas em maio de 81 são 4 milhões 190 mil pessoas. Aumentou o emprego. Mas cresceu tam-

**Número de Pessoas Procurando Emprego por Faixa de Idade
(1.000 pessoas) – São Paulo**

Faixa de Idade	Maio/80		Maio/81		Variação	
	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego
15 – 19	575,1	90,4	546,2	121,3	- 28,9	30,9
20 – 24	742,3	68,8	730,4	87,8	- 11,9	19,0
25 – 49	2.318,7	89,5	2.383,9	111,3	65,2	21,8
+ de 50	516,5	9,3	533,0	11,3	16,5	2,0
TOTAL	4.152,6	258,0	4.193,5	331,7	40,9	73,7
PEA Expendida (Em 1.000 pessoas)	4.410,6		4.525,2		114,6	

Taxas de Crescimento: (maio 81/maio/80)

PEA* : 2,6%

Emprego: 1,0%

* PEA = População Economicamente Ativa

As tabelas mostram o problema do emprego em São Paulo e no Rio de Janeiro. São Paulo é certamente a economia mais industrializada do País, onde o setor que está mais sofrendo, que é o setor automobilístico, está concentrado numa só cidade. Começamos examinando a situação em maio de 80. De 80,

bém o pessoal procurando emprego. Neste levantamento incluem-se inclusive as pessoas que nunca trabalharam, isto é, aquelas que estão procurando emprego pela primeira vez. Porque o levantamento do IBGE é um levantamento feito nos domicílios. Havia 258 mil pessoas procurando emprego em maio de 80. Há

331 mil pessoas procurando emprego hoje. A população economicamente ativa era de 4 milhões 410 mil pessoas e passou para 4 milhões 525 mil pessoas. A população economicamente ativa cresceu 2,6%. Mas o nível de emprego cresceu apenas 1%. Quer dizer, o que houve realmente foi o seguinte: a economia não está crescendo suficientemente para absorver todos os empregos que precisam ser criados.

Mas o IBGE revela um outro fato muito importante: quem são as pessoas desempregadas? São as pessoas entre 15 e 19 anos e 20 e 24 anos. O pessoal que está procurando emprego pela primeira vez, o pessoal realmente de salário-mínimo — possivelmente este é um dos efeitos perversos da própria lei salarial, onde, na nossa generosidade, nós acrescentamos o coeficiente 1,1 para a remuneração das pessoas que recebem de 1 até 3 salários-mínimos. Nós temos aqui um efeito que não era o desejado. Agora, o que é interessante é que aumentou em 65 mil o número de pessoas ocupadas entre 25 a 49 anos. Ou seja, dentro do próprio mecanismo industrial, estão-se processando correções que possivelmente se devem também ao funcionamento da Lei de Salário. Isto dá uma

dimensão do desemprego existente: há pessoas que dizem que há um milhão de desempregados, outro faz um levantamento familiar que tem 2 pessoas, 1 pessoa está desempregada, ele diz que o desemprego é 50%, e alguns empresários — a Federação das Indústrias propriamente — calculam o desemprego de uma forma, e outros, de outra. Este número é um número importante. Por que? Porque o IBGE começou a calcular isso no dia em que foi promulgada a Lei de Salário.

Hoje, nós temos as informações corretas sobre o que é que está acontecendo. Nós estamos longe de estar numa recessão. Nós estamos muito longe de estar numa recessão. Nós estamos, isto sim, com um nível de atividade menor do que aquele que nós desejaríamos.

Agora, como é que será possível elevar esse nível de atividade?

O caso brasileiro não é um caso especial. No quadro a seguir selecionei quatro exemplos externos: um produtor de petróleo e três que não são produtores de petróleo e que certamente não se pode tomar por imbecis: nem a Alemanha, nem a França, nem a Itália são imbecis, certamente.

ALGUNS INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS, 1981

Países	Crescimento do Produto (*)	Saldo em C/Correntes (US\$ Bilhões)	Crescimento da Indústria (*)	Taxa de Desemprego	
				Abril/81	Abril/80
França	0,5	- 9,9	- 8,0	7,3	6,1
Alemanha	- 0,7	- 16,2	- 2,5	5,3	3,7
Itália	- 0,1	- 4,0	- 5,0	8,7	7,8
Inglaterra	- 1,9	10,9	- 9,0	10,4	6,2
Brasil	5,0	- 12,0	5,0	7,8 (+)	5,8 (+)

(*) Verificado nos últimos 12 meses

(+) São Paulo

Eles têm o mesmo problema que nós, eles têm de ajustar o seu balanço de pagamentos à crise de energia, e têm de produzir energia substituta. Eles estão produzindo a energia atômica e nós estamos produzindo álcool.

O crescimento do produto estimado para 81 é 1/2% na França; -0,7% na Alemanha; -0,1% na Itália; -1,9% na Inglaterra.

Ao contrário do que pensa muita gente, para criar um emprego hoje é preciso exportar um dólar. Só se pode criar emprego aumentando a receita de divisas.

Por isso é que é vital para o País a ampliação das exportações.

É por isso que é vital para o País entender que exportar não é aumentar a dependência.

Exportar é o contrário: é aumentar a independência. Há pessoas que imaginam que o Brasil é um País voltado para a exportação. Isso é uma tolice enorme. Não há nenhum produto no Brasil, nem o café, que seja destinado à exportação.

Este ano, vamos produzir 33 milhões de sacas e, se tivermos sorte, exportar 50% disso; vamos consumir internamen-

te 20% e vamos deixar 30% para os nossos netos.

A soja toda que nós produzimos, o grosso é consumido internamente. Nós só exportamos um resíduo. O Brasil é um País cujo coeficiente de exportação é da ordem de 8% do Produto. É comparável, digamos, à União Soviética e aos Estados Unidos, que são países continentais, como nós somos. Se eu comparo com a Alemanha, a França ou a Itália, 35 a 40% do seu produto são exportados. O caso do Japão é ainda mais sério.

O crescimento estimado no Brasil é +5%: a Agricultura, não há mais dúvida alguma, já cresceu 12% em relação ao ano passado. A pecuária deve crescer em torno de 6%. A Indústria, nós estamos estimando que, na média, crescerá 4%. Com estes números, o Brasil crescerá 5%. Ou seja: nós estamos absolutamente longe de qualquer recessão. Nós estamos ajustando nossa economia, eu ousaria dizer, tão bem ou melhor do que estão ajustando os outros países.

Como, porém, podemos voltar a crescer a taxas ainda maiores?

Voltar a crescer significa eliminar o constrangimento externo. Nós só pode-

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

— Acumulado em 12 Meses —
1980/1981

ESTADOS E REGIÕES	DEZ/80	JAN/81	FEV/81	MAR/81
Rio de Janeiro	3,9	4,6	4,4	3,5
Minas Gerais	7,5	8,1	6,4	5,4
São Paulo	7,4	6,9	6,0	4,2
Rio Grande do Sul	6,9	7,1	7,1	5,8
Região Nordeste	2,4	3,4	4,6	6,0
Brasil	7,6	7,3	6,6	5,3

FONTE: FIBGE

mos voltar a crescer, realmente, ampliando as exportações e ampliando a produção nos setores menos exigentes de importações. E o setor menos exigente de importações é a Agricultura. É por isso que as Exportações e a Agricultura são os dois setores de apoio da política econômica, além do programa de substituição energética, que é o programa economizador de divisas.

Se nós não tivermos sucesso na ampliação das exportações, no nosso programa energético e na utilização de setores menos exigentes de importação, nós não poderemos voltar a crescer, sob pena de o balanço de pagamentos se comportar de forma perversa e de fato impedir o crescimento.

Portanto, a independência reside em eliminar o constrangimento externo; a independência reside em produzir efetivamente para eliminar o constrangimento externo! Se nós fizermos isso, nós voltaremos a crescer, voltaremos a dar o emprego que os nossos patrícios precisam, mais do que tudo. Nós só podemos voltar a crescer aceleradamente se tivermos sucesso no nosso programa de superação das dificuldades do balanço de pagamentos. E isso nós estamos tendo. Com todas as dificuldades, com todas as atribulações, nós estamos tendo um sucesso bastante importante na solução do nosso problema externo. E é por isso que eu tenho a certeza de que uma vez superada essa fase de ajustamento da atividade industrial — fase de ajustamento produzida basicamente porque nós tivemos uma enorme redução de estoques — nós vamos começar, de novo, a aumentar o nosso nível de atividade. Tão logo tenhamos as condições de superar o constrangimento externo, nós voltaremos a crescer aceleradamente.

O Brasil não pode viver com taxas de crescimento pequenas, porque tem que absorver essa população jovem economicamente ativa que está crescendo. E o Brasil vai absorver essa população.

O Brasil tem recursos, o Brasil tem condições de fazê-lo, tem uma sociedade razoavelmente organizada, e eu estou absolutamente convencido, depois desta fase de ajustamento — que é necessária, que é fundamental — que nós vamos voltar a crescer aceleradamente, e já ajustados a um novo Mundo, já ajustados a um Mundo que terá superado esse problema dramático, que foram os dois choques do petróleo.

E eu tenho certeza, também, que estamos no caminho da solução dos nossos problemas.

Tivemos um sucesso inegável na política externa; tivemos um sucesso inegável na política de substituição de importações; e vamos conseguir um sucesso razoável na política de combate à inflação; e vamos voltar a crescer.

Agora, o que é impossível é imaginar que estas coisas aconteçam por milagre.

Está "assim de gente" vendendo laguinho azul, dizendo que, realmente, existe o desenvolvimento sem lágrimas. Não existe!

Não há nenhuma forma de fazer o desenvolvimento, a não ser trabalhando duro e entendendo o que está se passando. Não será o truque ideológico que vai fazer este País crescer.

Este País só vai crescer se nós nos convenceremos de que o que há de fundamental é o trabalho.

Se fizermos isso, como todos temos feito, eu não tenho a menor dúvida, vamos emergir desta crise em condições muito melhores.

Muito obrigado.

Primeiro Debatedor: — Se a Agricultura é a grande base que sustenta as exportações brasileiras, por que a ênfase nas exportações industriais, onde nossos concorrentes são mais tradicionais, competentes e sólidos? É válido querer deixar de ser o Brasil — com seu potencial agrícola invejável — o grande fornecedor mundial de alimentos?

Resposta: — Essa pergunta é interessante e ajuda a esclarecer alguns aspectos que ficaram à margem da exposição. Nós temos dado toda ênfase à exportação agrícola. Poderíamos exportar uns 12 bilhões de dólares de produtos agrícolas, mais ou menos metade de todas as nossas exportações. Mas os preços dos produtos agrícolas caíram violentamente no mercado mundial, de modo que o que vai sustentar as exportações este ano será basicamente a exportação industrial.

No café, estamos com um preço em torno de 90 centavos. O cacau caiu brutalmente; o açúcar caiu violentamente, e a soja caiu também um pouco. De forma que, neste ano, vamos exportar mais e realmente obter um rendimento menor na Agricultura.

A exportação de produtos agrícolas recebe do Governo todo apoio. Exatamente a exportação de produtos industriais é mais delicada, mais difícil. É que o produto industrial recebe aparentemente maior suporte, mas não existe limite de crédito para a exportação agrícola.

Uma coisa importante é saber que nos últimos doze meses praticamente não tivemos excedentes exportáveis. Este ano é a primeira vez que nós vamos ter algum excedente exportável e ainda assim não vamos ter todos os excedentes exportáveis que desejaríamos. Mas não

há nenhuma restrição à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, V. Exa. declarou e demonstrou que o reajuste semestral era justo. Mas, por que essa justiça só é aplicada aos que trabalham para as empresas privadas? Por que o Governo não tem a mesma obrigação se o aumento do custo-de-vida, evidentemente, é o mesmo também para os funcionários públicos?

Resposta: — Eu acho o seguinte. Justo, realmente, era pagar 12 salários para todo mundo. Simplesmente há coisas que são justas, mas não são praticáveis. O que é que nós podemos fazer? Isto é um fato da vida.

Há, simplesmente, uma impossibilidade física. Não discuto e acho que realmente seria justo; simplesmente não pode ser feito.

De novo, se me permitirem elaborar um pouquinho, há um problema fundamental que é o seguinte:

O Governo não cria recursos; o máximo que o Governo faz é tomar recursos de um lado e aplicar do outro e no caminho ele consome um pouco. De forma que o Governo não consegue criar nada. Se alguém disser: "O Governo tem que pagar o salário semestral", está bem. O que ele está dizendo é o seguinte: "A Sociedade tem que se conformar com um imposto maior". A Sociedade é que não se conforma com isso. As pessoas imaginam que, em Brasília, se possam criar recursos. É um dos inconvenientes de a gente ter ido tão longe. Aqui no Rio ninguém imaginava isso. Mas, como nós estamos muito longe, o sujeito diz: "Não, o cara não dá porque não quer".

Não é verdade. O Governo não cria recurso algum. O Governo só consome. O Governo toma recursos de um lado e aplica no outro. Ele não tem como fazer

mos voltar a crescer, realmente, ampliando as exportações e ampliando a produção nos setores menos exigentes de importações. E o setor menos exigente de importações é a Agricultura. É por isso que as Exportações e a Agricultura são os dois setores de apoio da política econômica, além do programa de substituição energética, que é o programa economizador de divisas.

Se nós não tivermos sucesso na ampliação das exportações, no nosso programa energético e na utilização de setores menos exigentes de importação, nós não poderemos voltar a crescer, sob pena de o balanço de pagamentos se comportar de forma perversa e de fato impedir o crescimento.

Portanto, a independência reside em eliminar o constrangimento externo; a independência reside em produzir efetivamente para eliminar o constrangimento externo. Se nós fizermos isso, nós voltaremos a crescer, voltaremos a dar o emprego que os nossos patrícios precisam, mais do que tudo. Nós só podemos voltar a crescer aceleradamente se tivermos sucesso no nosso programa de superação das dificuldades do balanço de pagamentos. E isso nós estamos tendo. Com todas as dificuldades, com todas as atribulações, nós estamos tendo um sucesso bastante importante na solução do nosso problema externo. E é por isso que eu tenho a certeza de que uma vez superada essa fase de ajustamento da atividade industrial — fase de ajustamento produzida basicamente porque nós tivemos uma enorme redução de estoques — nós vamos começar, de novo, a aumentar o nosso nível de atividade. Tão logo tenhamos as condições de superar o constrangimento externo, nós voltaremos a crescer aceleradamente.

O Brasil não pode viver com taxas de crescimento pequenas, porque tem que absorver essa população jovem economicamente ativa que está crescendo. E o Brasil vai absorver essa população.

O Brasil tem recursos, o Brasil tem condições de fazê-lo, tem uma sociedade razoavelmente organizada, e eu estou absolutamente convencido, depois desta fase de ajustamento — que é necessária, que é fundamental — que nós vamos voltar a crescer aceleradamente, e já ajustados a um novo Mundo, já ajustados a um Mundo que terá superado esse problema dramático, que foram os dois choques do petróleo.

E eu tenho certeza, também, que estamos no caminho da solução dos nossos problemas.

Tivemos um sucesso inegável na política externa; tivemos um sucesso inegável na política de substituição de importações; e vamos conseguir um sucesso razoável na política de combate à inflação; e vamos voltar a crescer.

Agora, o que é impossível é imaginar que estas coisas aconteçam por milagre.

Está "assim de gente" vendendo laginho azul, dizendo que, realmente, existe o desenvolvimento sem lágrimas. Não existe!

Não há nenhuma forma de fazer o desenvolvimento, a não ser trabalhando duro e entendendo o que está se passando. Não será o truque ideológico que vai fazer este País crescer.

Este País só vai crescer se nós nos convenceremos de que o que há de fundamental é o trabalho.

Se fizermos isso, como todos temos feito, eu não tenho a menor dúvida, vamos emergir desta crise em condições muito melhores.

Muito obrigado.

Primeiro Debatedor: — Se a Agricultura é a grande base que sustenta as exportações brasileiras, por que a ênfase nas exportações industriais, onde nossos concorrentes são mais tradicionais, competentes e sólidos? É válido querer deixar de ser o Brasil — com seu potencial agrícola invejável — o grande fornecedor mundial de alimentos?

Resposta: — Essa pergunta é interessante e ajuda a esclarecer alguns aspectos que ficaram à margem da exposição. Nós temos dado toda ênfase à exportação agrícola. Poderíamos exportar uns 12 bilhões de dólares de produtos agrícolas, mais ou menos metade de todas as nossas exportações. Mas os preços dos produtos agrícolas caíram violentamente no mercado mundial, de modo que o que vai sustentar as exportações este ano será basicamente a exportação industrial.

No café, estamos com um preço em torno de 90 centavos. O cacau caiu brutalmente; o açúcar caiu violentamente, e a soja caiu também um pouco. De forma que, neste ano, vamos exportar mais e realmente obter um rendimento menor na Agricultura.

A exportação de produtos agrícolas recebe do Governo todo apoio. Exatamente a exportação de produtos industriais é mais delicada, mais difícil. É que o produto industrial recebe aparentemente maior suporte, mas não existe limite de crédito para a exportação agrícola.

Uma coisa importante é saber que nos últimos doze meses praticamente não tivemos excedentes exportáveis. Este ano é a primeira vez que nós vamos ter algum excedente exportável e ainda assim não vamos ter todos os excedentes exportáveis que desejaríamos. Mas não

há nenhuma restrição à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, V. Exa. declarou e demonstrou que o reajuste semestral era justo. Mas, por que essa justiça só é aplicada aos que trabalham para as empresas privadas? Por que o Governo não tem a mesma obrigação se o aumento do custo-de-vida, evidentemente, é o mesmo também para os funcionários públicos?

Resposta: — Eu acho o seguinte. Justo, realmente, era pagar 12 salários para todo mundo. Simplesmente há coisas que são justas, mas não são praticáveis. O que é que nós podemos fazer? Isto é um fato da vida.

Há, simplesmente, uma impossibilidade física. Não discuto e acho que realmente seria justo; simplesmente não pode ser feito.

De novo, se me permitirem elaborar um pouquinho, há um problema fundamental que é o seguinte:

O Governo não cria recursos; o máximo que o Governo faz é tomar recursos de um lado e aplicar do outro e no caminho ele consome um pouco. De forma que o Governo não consegue criar nada. Se alguém disser: "O Governo tem que pagar o salário semestral", está bem. O que ele está dizendo é o seguinte: "A Sociedade tem que se conformar com um imposto maior". A Sociedade é que não se conforma com isso. As pessoas imaginam que, em Brasília, se possam criar recursos. É um dos inconvenientes de a gente ter ido tão longe. Aqui no Rio ninguém imaginava isso. Mas, como nós estamos muito longe, o sujeito diz: "Não, o cara não dá porque não quer".

Não é verdade. O Governo não cria recurso algum. O Governo só consome. O Governo toma recursos de um lado e aplica no outro. Ele não tem como fazer

diferente. Mesmo para o programa de substituição de energia, o Governo só tem os recursos quando tributa.

Eu acho o seguinte: a questão é justa, mas é uma questão que, no caso, não pode ser atendida, simplesmente porque a Sociedade não está disposta a pagar o imposto necessário para fazer os dois ajustes.

Eu sou suspeito, porém. Não sei. Quem sabe se a gente cobrasse, dava certo. Mas eu suspeito que não dá, não.

Terceiro Debatedor: — A um Comandante ou Administrador militar, obrigado à prestação de contas mensal, jamais é possível admitir o não cumprimento pontual dos encargos sociais das pessoas sob suas ordens e nem a contratação de qualquer obra, serviço ou aquisição, sem a correspondente disponibilidade de recursos. Daí a pergunta: Como é possível explicar a grande dívida da União para com a Previdência Social e empresas privadas? Esse provável "rolamento da dívida" não será um gerador de efeitos sociais perversos e um obstáculo ao desenvolvimento nacional?

Resposta: — Certamente é. Vamos explicar um pouco isso. Como foi possível acumular essa dívida?

Uma das vantagens de discutir o orçamento das Forças Armadas é que no começo todo mundo briga por mais recursos, mas depois que acertou ninguém mais ouve falar no assunto. Eles se arrumam lá dentro, não vêm mais pedir.

Agora, no caso dos órgãos civis, que são o grande problema, quase nenhum deles faz orçamento para cumprir. Todo mundo faz orçamento da seguinte forma:

O que é prioritário?

Prioritário é Tucuruí.

O que não é prioritário?

Resposta: X, Y, Z...

Então, faz o orçamento com o que não é prioritário e depois, pede mais recursos "para não paralisar o prioritário". Essa é uma técnica antiga praticada com mais frequência do que a gente imagina. Aos poucos você vai detectando e corrigindo.

O mais grave é que o sujeito não tem restrição de caixa. Ele aceita que o empreiteiro vá tocando a obra pensando que, no fim, o dinheiro aparece. Só há dívida porque há esta manobra entre o administrador e o empreiteiro, para fazer a dívida. Vamos imaginar que se punisse isso com ferocidade: o Governo acabava. E não é só este Governo. Qualquer governo...

Posso garantir que nós caminhamos para o controle. O Presidente Figueiredo introduziu o controle das empresas estatais e não abre mão de acabar com esse tipo de calote oficial.

Acontecem as pressões mais incríveis. Há uma verba, digamos, de 200, mas só tem 50. Dá os 50. Diz então que ele está calculando a inflação em 30%, por isso deu 50. Mas a inflação é de 120%, logo, tenho direito ao restante.

Os exageros de gastos com Pessoal também são enormes. Estamos tentando pôr isso também em ordem; não é coisa nova, é uma coisa que tem muito a ver com a inflação brasileira.

Você tem razão. Isto é mais um produto da inflação e um grande causador do desequilíbrio social. Como o orçamento é feito em cruzeiros, as pessoas não se conformam, querem um orçamento feito em bases físicas. Então dizem: "Vamos desviar o rio em tal dia; se isso não ocorrer, o rio vai inundar, vai destruir." A história é sempre assim. Se tem dinheiro ou não, a coisa é com o Delfim. Sempre faltam 5% para terminar

a obra... "Se isso não for feito será uma desgraça".

Estão sempre faltando 5%, mas foi assim que chegamos aonde chegamos; mas é preciso corrigir.

Demos um grande avanço nesse controle e estaremos dando um avanço muito maior nos próximos anos.

Vou dar um exemplo: devíamos 120 bilhões de cruzeiros no mês de outubro de 1980. Terminamos o ano devendo 120 bilhões. O Presidente ordenou que no orçamento se cancelassem operações correspondentes a 120 bilhões, para pagar esta dívida.

De fato nós pagamos a dívida. Só que ainda temos os 120 bilhões de dívida. Agora, diz-se que a inflação foi de 100% e a dívida cresceu. De fato a dívida diminuiu, mas o fato de pagar todas as dívidas foi insuficiente para fechar o buraco. Estou convencido de que vamos terminar o ano devendo muito menos e entrar em ordem.

Quarto Debatedor: — Nossa pergunta refere-se a dois aspectos estudados nesta Casa, referentes ao campo psico-social, integração social e participação. Produzir mais e poupar, eis a saída. Não há como se refutar esse receituário e tudo o mais que dele decorre, nesta ou em qualquer outra conjuntura, principalmente nesta. Afinal, o objetivo maior é gerar empregos. Mas não é possível deixar de observar o paradoxo: este é um País pobre, e muitos pobres marginalizados, segundo alguns, no próprio processo produtivo.

Todavia, é um País rico, de imensa riqueza potencial, ávido de trabalho, ainda que carente de capital. Da ausência de receitas alternativas conclui-se que muitos pobres neste País potencialmente rico terão que esperar sua hora e vez.

Excelência, teríamos de inexoravelmente conviver, neste interregno, para alguns, com a lacônica afirmação de Malthus, "o pobre é a causa de sua própria pobreza?"

Resposta: — Não, necessariamente. Malthus sempre estava se referindo a isto porque tinha muitos filhos. Certamente, a minha posição é oposta.

Qual é, realmente, a causa dessa pobreza?

A causa dessa pobreza é a causa que o senhor enunciou na sua primeira fase, a de que este é um País pobre. Por que é que nós não podemos mobilizar todos os nossos recursos?

Porque não temos capital para mobilizar esses recursos.

Como é possível produzir esse capital? Exige tempo.

O que esse processo exige mais?

Produzir mais, como o senhor disse muito bem no começo... Exige que amplie a taxa de formação de poupança, e com isto se vai mobilizando cada vez mais gente.

Também, não.

No Brasil, se tem certamente no Nordeste segmentos abaixo da pobreza absoluta. No resto do País, não há nenhuma necessidade de isso acontecer, a não ser quando o sujeito se acumula na periferia das cidades; quando ele realmente sai do campo, o que é um outro problema importante.

Existe um modelo alternativo? Existe alguma forma de fazer uma mobilização mais rápida?

Eu creio que não.

Significa que essas pessoas vão viver abaixo do nível de pobreza absoluta?

O emprego no campo está aumentando, porém. Não está diminuindo. O emprego no campo continua aumentando.

com uma certa rapidez. Basta ver como crescem as taxas de salário no campo.

Essa acumulação em torno da cidade, que gera esse problema de pobreza absoluta, honestamente, qualquer que seja o mecanismo, a sua correção toma um tempo. E nós estamos correndo contra o tempo. Se se olhar o Brasil, nós progredimos enormemente nesses últimos 20 anos. Mas, mesmo assim, ainda ficou uma boa quantidade de gente fora do mercado organizado, e esta gente vai ter que ser absorvida aos poucos. O drama é que, se a taxa de crescimento for menor, a velocidade de absorção será também menor. E é por isso que eu volto a insistir. Nós não temos outra saída. Nós temos que nos libertar da restrição imposta pelo balanço de pagamentos para poder voltar a crescer. Se nós não fizermos isto, realmente nós não resolveremos nenhum dos problemas mais importantes do País. E acho que não tem outra forma.

Quinto Debatedor: — Desde a sua criação, em outubro de 1979, que a SEST vem adequando os orçamentos das empresas estatais às disponibilidades financeiras do momento, aliás com nossos aplausos. Porém, é do conhecimento público que esses cortes vêm repercutindo diretamente nos Programas de Proteção Ambiental dessas estatais. Podemos citar o exemplo da Petrobrás-Reduc, que alega a suspensão das obras devido a esses cortes. Por outro lado, o Governo, através do Ministério do Interior, vem empregando enormes quantias para melhoria da qualidade de vida das populações daquela mesma área. Ora, a suspensão das obras da Reduc refletem diretamente na qualidade de vida da área. Assim, pergunto: Não poderia V. Excelência recomendar a SEST de forma que fossem respeitados os orçamentos de

proteção ambiental pelo menos proporcionalmente?

Resposta: — Eu acho que é isso uma questão importante, mas não se pode resolver através da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais — SEST.

O Ministério do Interior tem por tarefa e obrigação conservar o meio ambiente e aplica recursos nisso. Acho que, no caso, é talvez melhor integrar o trabalho da Petrobrás com o do Ministério do Interior, de tal forma que possa a Petrobrás encontrar maior equilíbrio.

Não é possível à SEST chegar aos detalhes desta ordem, o que tira a liberdade do administrador. A proteção do meio ambiente depende também do nível de sensibilidade do administrador.

Não acredito que a Petrobrás faça uma obra violando as normas da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Talvez os limites da obra não sejam adequados, suficientes, mas não acredito que as normas da SEMA sejam violadas.

Sexto Debatedor: — Considera V. Excelência importante e até necessário garantir a entrada de recursos externos como empréstimo? Pergunta-se: como se situam aqueles que assim agem, diante de uma maxidesvalorização?

Resposta: — Essa questão é a seguinte. Cada um toma os seus riscos.

Quando há um risco de maxi, todo mundo tenta se defender, todo mundo tenta escapar desse processo. Hoje, não há mais esse risco, como não houve durante anos seguidos.

Quando há uma maxidesvalorização, algumas pessoas realmente sofrem, têm dificuldades. Nós fizemos uma maxi de 30% faz um ano e 5 meses e algumas pessoas sofreram; mas, quando realmente a situação era crítica, foram auxiliadas pelo Governo, e estão hoje tomando

recursos externos normalmente. Mesmo porque se tem uma vantagem ao longo do ano nessa tomada de recursos. Normalmente, o recurso externo é mais barato do que o recurso que se conseguia até internamente. Agora, não há como proteger isso. Eu acredito, realmente, que a taxa está de tal forma ajustada, que não há nenhuma razão para pensar nisso, mas não há seguro contra isso.

Sétimo Debatedor: — Quais as principais conseqüências provocadas pela internacionalização da economia na segurança do País?

Resposta: — Acho muito positivas. Na medida em que a economia começa a crescer, o que se chama internacionalização? É exportar mais? Esta é uma das coisas mais inteligentes que um país pode fazer, pois aumenta a eficiência da economia, e permite que ela cresça mais depressa.

Nada mais favorável à segurança nacional do que isso.

Oitavo Debatedor: — Excelência, na mesma linha da pergunta anterior, eu lhe pediria para dissertar sobre a influência da internacionalização da economia na segurança e no desenvolvimento nacionais.

Resposta: — Vamos pensar duas coisas.

Primeiro, vamos pensar no problema das exportações e depois vamos pensar no tal capital estrangeiro, capital estrangeiro que está trabalhando aqui no Brasil.

No problema de exportação, é óbvio que a internacionalização tanto é fundamental, como absolutamente necessária. Nenhum país realmente desenvolvido deixa de ter um segmento de comércio exterior também desenvolvido. Nem as economias mais fechadas do Mundo.

Você pega uma economia como a americana, tem 4% ou 5% do seu Produto como exportação, só que tem US\$ 3 trilhões de Produto. Esta é a "pequena diferença". São economias continentais, como o Brasil. O Brasil tem 8% de sua produção exportável. E é muito pouco. Devia ser um pouquinho mais, eu acho.

De forma que, na exportação, você só tem vantagens. Primeiro, aumenta a eficiência da economia — este é que é o ponto chave — não há nada mais dramático para o crescimento do que o cartório. Não há nada mais dramático que o cartório. Isto é, você entregar o mercado nacional sem estabelecer um nível de competição.

Então, eu acho que, nesse ponto-de-vista, é muito interessante e muito próprio.

Do ponto-de-vista do capital estrangeiro, eu diria que não tem o menor risco. Por que? O Brasil é um dos países onde há o maior controle do mundo. O sujeito não consegue entrar com um dólar sem registrar no Banco Central; não consegue sair com um dólar sem registrar no Banco Central; não tem crédito a não ser com a intervenção do Governo; não tem o menor incentivo para instalar uma indústria sem obter uma licença do CDI; não tem condições de fazer absolutamente nada, sem receber a cada instante um carimbo do Governo. É até um milagre que os "tipos" venham aqui trabalhar. Quanto aos lucros: eles têm bons lucros. E, para onde é que vai esse lucro?

Aqui vamos discutir algumas das teses:

"Ahl! Eles remetem como lucro muito mais do que o capital que eles internalizam."

Será que esse raciocínio é verdadeiro?

Esse raciocínio confunde uma represa com um rio: o capital é o estoque; o lucro é o fluxo. Normalmente, quando ele remete 8% do lucro, que é a média que se remete aqui, o que é que ele gerou internamente em termos de atividade econômica? Ou em termos de pagamento de salário? Em termos de pagamento de juros? Em termos de pagamento de aluguéis? Em termos de pagamento de tudo que ficou aqui dentro?

Noventa e dois por cento do que foi produzido ficaram aqui dentro.

Qual é o mal que 8% vão lá para fora?

Eu não estou produzindo os 100?

Se eu tivesse capital, eu diria o seguinte: "Eu tenho capital e posso dispendar o estrangeiro"; está bem, é uma questão de gosto. Agora, nós não temos nada. Nós não temos capital; e precisamos do mercado. Frequentemente nós ficamos preocupados com o fato de que o sujeito traz capital, traz a tecnologia, que nós nos apropriamos dela, e traz o mercado. É óbvio que seria muito elegante se nós pudessemos fazer um desenvolvimento sem nenhuma participação externa. É óbvio. Seria muito interessante.

Mas nós não podemos fazer isso.

Não podemos por muitos motivos.

Primeiro porque, se nós tivéssemos condições de fazer isso, levaríamos certamente 20 vezes mais tempo do que estamos levando.

Segundo, é que o capital estrangeiro não causa a menor ameaça ao poder nacional. Nem a mais forte corporação do Mundo tem a menor possibilidade de enfrentar o poder nacional brasileiro. Pega a General Motors. Um piparote do Governo e está completamente inerte.

A minha impressão é de que nós não precisamos ter medo disso. Essa interna-

nacionalização... Quando você fala "internacionalização", o nome é tão feio que já causa um certo medo. Agora, quando você pensa nesse negócio, não acontece nada. E eu estou absolutamente convencido de que, apesar do palavão, é uma coisa útil.

Nono Debatedor: — V. Excelência acredita que seja possível debelar uma inflação de 3 dígitos sem que a sociedade se conscientize que o processo é doloroso? Em não acreditando, a minimização dos sacrifícios poderia ser feita pela distribuição discriminada do ônus entre as classes sócio-econômicas que mais fôlego têm para suportá-lo? A política monetária anti-inflacionária, aparentemente sob controle, tem efeitos praticamente uniformes sobre as diferentes classes econômicas. A política fiscal pode ter, entretanto, através de taxação e gastos públicos, quaisquer efeitos que se queira em termos de distribuição do inevitável sacrifício social. O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda explicou satisfatoriamente, ontem, nesta Escola, nosso controle monetário anti-inflacionário. O que se faz, em termos de política fiscal anti-inflacionária, para a distribuição do ônus social dessa política segundo a capacidade de cada um de suportá-lo?

Resposta: — A distribuição do ônus fiscal se faz basicamente através do Imposto de Renda. É possível imaginar a questão que se está querendo levantar:

É que se imagina que a taxação do capital é muito menor do que a taxação do trabalho. Isto não é verdade. O capital é tributado duas vezes.

Poderia, eventualmente, haver um processo de tributação mais intenso para a classe de renda mais elevada, que já é bastante elevada no Brasil.

Poderíamos, também, argumentar.

É elevada, mas há formas de escape. Há. Mas estão diminuindo. Temos hoje uma margem de tributação equivalente a qualquer país desenvolvido.

O que é importante é o seguinte: onde se terá capacidade de tributar? Terja que ser, por exemplo, o consumo supérfluo.

Mas, para o consumo supérfluo a taxa é gigantesca. O IPI, que é um imposto indireto, o imposto de renda para nível mais alto de renda, os que ganham talvez 350 mil cruzeiros por mês, pagam realmente 30% de sua renda como imposto.

O inconveniente é que se ganha 350 mil cruzeiros e se é um proprietário de indústria, debita uma série de gastos no custo da indústria. Ele tem, realmente, uma série de benefícios que não aparece na forma de salários, não sendo tributáveis.

De fato é benefício que está recebendo: carro, motorista, às vezes aluga casa pela empresa, mas isso está sendo corrigido e o Imposto de Renda não deixa mais acontecer coisas como essa.

É possível imaginar que o sistema tributário pudesse ser mais pesado. Por exemplo, imposto sobre capital, coisa que não funciona, porque é difícil arrecadar, extremamente difícil de controlar.

Acho mais eficaz um Imposto de Renda inteligente do que um imposto sobre o capital.

Décimo Debatedor: — Sr. Ministro, qual o planejamento de V. Excelência na área da Agricultura?

Décimo-Primeiro Debatedor: — Senão o café um dos produtos de maior importância para a nossa pauta de exportação, quais serão as perspectivas para uma nova política do café?

Décimo-Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, como sugestão de prioridade para substituição de petróleo, eu gostaria de lembrar a necessidade de dar maior rapidez ao projeto de irrigação na área de Campos, no Norte-Fluminense, para poder aumentar rapidamente a produção de álcool naquela área, já que as destilarias já estão instaladas e subutilizadas.

Resposta: — Eu vou responder pela ordem em que elas foram feitas.

Não há propriamente um planejamento sobre a Agricultura. O que existe é uma política agrícola, que é apoiada basicamente numa política de preços mínimos e numa facilidade de crédito ao agricultor. O que o agricultor planta depende exclusivamente dele. É ele quem avalia os riscos do plantio; ele é quem avalia se vale a pena plantar soja ou arroz; ele é quem deve decidir se vale a pena plantar milho ou plantar feijão; ele deve ter os seus indicadores e imaginar o que dá mais lucro: feijão, arroz, soja, etc.

Nesse campo, o Governo simplesmente fixa os preços mínimos e dá facilidades de crédito, dá a garantia de compra: tudo o que ele produzir é comprado ao preço mínimo, que é garantido. De forma que o Governo se limita, na Agricultura, a esse tipo de intervenção. O Governo não planeja quanto vamos produzir de arroz. O que determina quanto nós vamos produzir de arroz, no fundo, é o custo do arroz e o custo de produzir arroz. Quando está dando lucro arroz, no ano seguinte se produz bastante arroz. E assim por diante.

O que se poderia dizer é o seguinte: "Isso é um critério errático, a produção vai flutuar".

A produção agrícola flutua em todo o Mundo. E não há como, realmente, o

Governo correr o risco de dizer o que plantar. Porque, se o Governo disser: "Eu quero que você plante isso", ele realmente tomou o risco e tem depois que arcar com as consequências. É fundamental que cada um saiba que, na Sociedade em que nós vivemos, a gente tem que se manter com a responsabilidade do que a gente está fazendo. Nós não podemos, realmente, assumir a responsabilidade quanto aos produtores. O Governo não faz isso. O Governo dá suportes, financia o plantio, garante a safra, facilita o crédito. Nada mais do que isso.

No caso do café, o problema é diferente. No caso do café, você tem uma intervenção estatal que começou praticamente em 1906, com o Convênio de Taubaté, e o Governo está acostumado a arcar, mexendo nesse mecanismo. No caso do café, o Governo faz tudo. O Governo estimula o plantio através de crédito subsidiado, o Governo dá um excedente. A política de café, infelizmente, eu não posso dizer qual vai ser. Você vai ter que esperar até as próximas semanas.

Quanto ao caso de Campos, acho que você tem toda a razão. Campos é um caso típico em que você já tem toda a estrutura instalada, mas falta realmente a produção de cana. Por alguma razão misteriosa, são 7 anos seguidos de seca, e eu suspeito, realmente, que Cristo está querendo se vingar dos antigos senhores de engenho, porque não é possível impor 7 anos de seca. Isto deve ter um simbolismo próprio, que nós não esclarecemos ainda. Mas, de qualquer jeito, o Governo está dando apoio e vai sair rapidamente, dependendo só de esclarecer uma diferença no orçamento da Cooperativa e no do Ministério do Interior. É uma diferença tão grande, realmente,

que nós vamos ficar com o Ministério do Interior...

Décimo-Terceiro Debatedor: — Quando enfrentamos uma crise de alimentos, o Brasil se voltou fortemente para a Agricultura. Em face de uma crise de Balanço de Pagamentos, nos voltamos para as exportações. Com a crise energética, nos voltamos para a substituição de energia e economia de combustível. Ao acirramento do processo inflacionário, respondemos com o controle dos gastos públicos, política monetária mais restrita e restrição do crédito, com exceção para a Agricultura e exportação. São políticas eminentemente pragmáticas, mas consistentes com as prioridades estabelecidas nas Diretrizes Governamentais. Neste contexto de um Mundo conturbado, em que a economia brasileira sofre tremendas transformações, não acha V. Excelência que se torna secundário, ou mesmo impróprio, falar-se em Modelo Econômico Brasileiro, termo muito usado pelos críticos à política econômica dos últimos anos?

Resposta: — Não aprovo esse termo "Modelo Econômico".

Mudar "modelo" virou um slogan, porque é muito mais fácil fazer política inventando coisas que não significam nada. Nada mais agradável do que isso.

O Governo não tem modelo nenhum. O Brasil não tem originalidade nenhuma, não somos um país original. O Brasil é um caso comum de um país em vias de desenvolvimento, com todos os equívocos dos países em "vias de desenvolvimento"; nada de especial.

A inflação brasileira é ordinária, como qualquer caso de inflação. Qualquer livro de texto esclarece isso.

O problema da balança de pagamentos é o mesmo na Itália, França, Alemanha; não tem nenhuma originalidade,

Nós temos possibilidade de superar algumas dessas dificuldades através da produção interna de energia. Em termos de álcool, temos um substituto razoável e o nosso carvão é pobre, mas é um substituto razoável do óleo combustível. Temos, possivelmente, óleos vegetais que poderiam, em caso de guerra, por uma questão de segurança, ou em caso de dificuldade maior, substituir o óleo diesel. Mas ninguém vai usar agora óleo vegetal para substituir o diesel. O óleo vegetal custa 500 dólares a tonelada, enquanto o diesel mais caro custa 130 dólares a tonelada.

Não temos nenhuma peculiaridade. Dizer que o caso brasileiro é um caso típico, que vai ser estudado por todo o Mundo, não tem sentido. É um caso para qualquer rodapé de livro-texto.

Temos de nos convencer disso. Inventar modelos só dá confusão. Queremos ser originais e o exercício da originalidade não paga a pena. O Mundo já fez todos os erros que nós já fizemos e estamos por fazer. O que paga a pena é olhar o que os outros fizeram.

O senhor tem razão. Não há modelo brasileiro nenhum, nem há modelo de desenvolvimento. O caso é olhar o Mundo inteiro, as coisas mais antagônicas; por exemplo, nada mais antagônico que a China, onde há problema de inflação, de meios de pagamento etc. Onde ajustar o problema da inflação vai desempregar 20 milhões de pessoas. Não há nada de diferente, não há realmente nada que caracterize o Brasil como um caso especial.

Décimo-Quarto Debatedor: — Sr. Ministro, dentre as metas propugnadas pelo 39 PND, estão, prioritariamente, os programas de alcance social, visando entre outros a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Um outro programa importante do Governo é a política de diminuição de energéticos importados, mediante maior exploração de alternativas energéticas nacionais.

Perguntô a V. Excelência da viabilidade de um tratamento diferente para o Nordeste mediante a concessão, sem restrições, de recursos para programas de infra-estrutura, como por exemplo maior liberação de investimentos dos programas de geração hidrelétrica, como Itaparica e Xingó, obras cujo alcance atendem ao social e ao político-energético.

Resposta: — Primeiro, eu acho o seguinte. Há um tratamento fortemente diferenciado para o Nordeste. Todo o sistema de concessão de crédito é diferenciado; todo o sistema de apoio aos investimentos no Nordeste é diferenciado, com taxas muito inferiores.

Pode-se dizer o seguinte: "Isso não é suficiente".

Não é mesmo. Aí depende da disponibilidade de recursos.

Pegue a sua sugestão. Como é possível dizer o seguinte: "Eu dou uma conta aberta para fazer o ajustamento energético no Nordeste".

Vamos pensar, só para argumentar, em produzir álcool no Nordeste. Nós temos dado, realmente, um subsídio enorme. Está aumentando o emprego na região. Só que alguém tem que pagar o subsídio. Este ano representa 35 bilhões de cruzeiros e alguém tem que pagar isso.

Como é que pode liberar Itaparica dos controles orçamentários? Para liberar Itaparica dos controles orçamentários, tinha que parar Itaipu. E como é que começa Xingó se a prioridade de Xingó acho que é a quarta ou quinta usina, na lista de prioridades? Se fizesse-

mos isso nós estaríamos atrasando o Brasil. A verdade é a seguinte: nós temos de combinar o social com o econômico na medida do possível. Se não, nós não fazemos nenhum dos dois. Ninguém faz o social sem fazer o econômico. E ninguém consegue fazer permanentemente o econômico sem fazer o social. O grande equívoco disso é pensar que são independentes. Se nós quisermos simplesmente fazer o social, nós vamos acabar não fazendo nada, nem o social, nem o econômico. Porque eu escolho as piores obras, as de mais baixa prioridade, e ponho todo o recurso nelas. Aí fica todo mundo pobre, pois não tem quem gere o excedente e quem conserve o excedente. Tem que ter alguém gerando o excedente para poder ter alguém comendo o excedente. Se não tiver alguém gerando o excedente, não tem como fazer, vai comer vento.

Então, estas são formas de colocar a questão que causam um certo impacto verbal. Quando o sujeito diz: "Tudo é economia, só se pensa na economia, se largou o social", isso causa um certo impacto. Mas isso faz muito pouca justiça a quem está praticando a política. Todo mundo sabe que é preciso combinar os dois: o social e o econômico.

Existe uma limitação: só pode fazer o social na medida em que realmente se tem disponibilidade de fazer o social. Você pode dizer: "Não, mas nós temos que dar preferência ao social".

Tem razão: concordamos com isso; agora, o que não é possível é que, para fazer o social, você escolha as obras menos prioritárias. Porque aí não se fará nada, nem o social, nem o econômico.

Esse é um constrangimento imposto pela pobreza do País. Nós somos um País pobre. Nós não somos um País rico. O suporte que nós damos ao Nordeste é

um suporte importante. Eu duvido que exista algum país que transfira, persistentemente, recursos de uma região para outra como nós fazemos no Brasil. E muito justamente. Nós gostaríamos que fosse mais. Mas não é possível ser mais.

Vou lhe dizer mais. Hoje, somando todos os mecanismos de transferências, nós transferimos normalmente cada ano, do Sul para o Nordeste, mais recursos do que o mundo desenvolvido transfere para o mundo subdesenvolvido.

O que acontece é o seguinte: é pouco.

É pouco por que?

Veja o caso atual: nós estamos com o terceiro ano de seca no Nordeste. Três anos de seca é um negócio desastroso. Não tem o que comer, não tem quase nenhuma atividade que vá para a frente. Para manter uma atividade, por menor que seja, você tem que levar alimentos, tem que dar recursos para fazer alguma obra no local, realizar algum investimento enquanto ele não voltar a produzir alimentos. Constrói uma cacimba, faz uma cerca, enquanto se prepara para quando vier um Inverno adequado. Isso é o que tem sido feito todos esses anos, regularmente. E precisamos continuar fazendo. E eu acho que, quando for preciso, inclusive, instituiremos um imposto especial para fazer isso. Felizmente, este ano não foi preciso. E estamos fazendo esta transferência.

Agora, não é possível é imaginar que isso possa ser ilimitado. Não tem como, ainda que eu reconheça que nós temos obrigação de transferir cada vez mais para o Nordeste.

Décimo-Quinto Debatedor: — Como analisa V. Excelência o desemprego e a recessão econômica que já se apresentam no Brasil? Acredita V. Excelência

que estes gravíssimos problemas estejam sob total controle no presente momento, dentro do previsto pela política de combate à inflação? Em resumo, Sr. Ministro, as lideranças empresariais brasileiras estão apavoradas sem motivo?

Resposta: — Vamos ver se há recessão. Que é isso? Recessão seria um decréscimo de produção. Continuado, ao longo de um ano, por exemplo. Se tomarmos o período acumulado de janeiro a abril de 81 e compararmos o crescimento industrial com o do ano passado, praticamente houve estabilidade menos 0,2%. Mas se pegarmos a média dos 12 últimos meses, "continuamos crescendo a 5%, como já vimos.

A indústria extrativa mineral continua crescendo a 5%.

A indústria de transformação em todo o período de quatro meses contra o mesmo período no ano passado decresceu 0,2%.

A indústria de bens de capital, durante quatro meses deste ano cresceu 0,3 mas mantém-se crescendo 5,7 ao ano.

Onde realmente esse fenômeno é mais sensível? Na indústria de bens de consumo durável. Caiu 10% no período de janeiro a abril de 1981 em relação a igual período de 1980. Mas a média dos 12 meses continua sendo um crescimento de 5,7%.

Aqui realmente há um fato básico, o da indústria de automóveis.

Vamos enfrentar o problema.

Por que caiu a venda do automóvel? Simplesmente porque o automóvel está hoje muito mais caro do que gostaríamos que estivesse. De forma que ralmente estamos fazendo um progresso de economia de combustível num mecanismo onde o Mundo inteiro se ajustou. Essa é a grande verdade: o Mundo inteiro se ajustou e no ano passado a produção

de automóveis decresceu de 20% nos países industrializados.

É natural que no caso haja decréscimo, mas o importante é que se utilize o decréscimo para liquidar os estoques. E depois continuar com um nível de produção mais baixo. Produtos e bens de consumo durável de linha branca como geladeiras e tv a cores caíram um pouco. Como a taxa de juros se elevou rapidamente, todo mundo soltou os estoques. Quando ajustaram os preços, vendendo o tv a cores a 10 meses sem juros, todos venderam. Baixaram os preços, venderam.

Não há outra saída. Quem quiser vender tem de baixar os preços e é por isso que estamos brigando o tempo todo. É o caminho certo. Não há outro remédio. Podem dizer que os custos são elevados, que têm prejuízos. Nós estamos trabalhando há dezoito meses para que os preços caíam e agora que acontece não vamos, realmente, mudar a política.

Se isso ameaçar uma recessão, vamos ter de fazer alguma coisa. Mas não causa recessão nenhuma, porque a verdade é que continuamos crescendo.

Há setores onde o reajuste foi mais doloroso, houve mais dificuldade, exatamente nos setores de bens de consumo durável que são mais caros e exigem maior nível de renda.

O que podemos fazer, se a Sociedade não quer comprar, nem o Governo tem a menor intenção de comprar automóvel novo? A Sociedade não quer comprar; então como resolver o problema? Subsidiar a indústria automobilística? Como resolver o problema?

Há um descompasso entre a oferta interna e a demanda interna que vai exigir um ajuste, queiramos ou não. Só há uma forma possível: a exportação, como fazemos. Exportamos um bilhão de do-

lares este ano, de automóveis e peças. Não podemos fazer nada mais que isso. Temos de ajustar nossa oferta interna e nossa demanda interna; não há outro caminho para isso.

Vai acontecer que construímos tudo — Tucuruí, Itaipu, Ferrovia do Aço, Açominas, etc. Há quatro meses faltava aço. Agora não se produz automóvel, tem aço para construir usinas e até mais barato.

Não me vai comover esse fato de não vender automóvel; é problemas deles, não nosso.

Eles têm de entender que o que vai acontecer é o ajustamento, queiramos ou não. Suponho que inventem um truque — compre hoje para não deixar de comprar amanhã. Eu me lembro que eles anunciavam que era melhor ter automóvel do que caderneta de poupança. Vendiam automóvel. Agora não podem mais anunciar isso.

Décimo-Sexto Debatedor: — Sr. Ministro, eu li há pouco que um dos pontos negativos do desenvolvimento brasileiro é a imperfeição na distribuição de renda, gerando e aprofundando, com isso, os desníveis sociais e até mesmo criando bolsões de pobreza.

Eu pergunto: que medidas estão sendo tomadas ou serão tomadas para otimizar a distribuição da renda da economia nacional?

Resposta: — Honestamente seria um exagero dizer que nós temos alguma política que otimize a distribuição de rendas. Hoje, todas as políticas sofrem uma espécie de escrutínio. Elas sofrem uma espécie de peneira. Você só põe em prática uma política quando ela não piora a distribuição de renda. Realmente, está sendo feito alguma coisa fundamental em distribuição de renda: a política

salarial é certamente uma política que visou e visa ainda a uma melhoria na distribuição de renda, e que tem conseguido uma transformação na distribuição de renda importante. Basta ver o seguinte: se nós tomarmos esses índices gerais que nós estamos falando aqui, e que alguns tomam como recessão, vamos encontrar que a produção de automóveis e eletrodomésticos caiu, mas que a produção de tecidos e calçados subiu. A de alimento, também.

Pensar, realmente, que vai haver uma política de distribuição de renda seria um exagero, ainda que a gente reconheça que esse é um problema sério. A verdade é que não existe nenhum mecanismo muito eficiente de produzir uma redistribuição de renda rápida. Toda tentativa de produzir uma redistribuição de renda rápida termina apenas em mais inflação. Isso é uma experiência também vivida por muitos países.

De qualquer forma, eu acho o seguinte:

Deve ter havido uma melhoria de distribuição de renda razoável, depois da aplicação da política salarial.

Décimo-Sétimo Debatedor: — Senhor Ministro, poderia V. Excelência nos informar quais datas os grandes projetos como Itaipu, Tucuruí, Carajás, Ferrovia do Aço, os dois metrô, sem falar nas term nucleares, quando poderão ficar prontos e quais os custos de cada projeto? Será que a economia nacional tem suporte para levar esses projetos até seu final, sem incrementar ainda mais o desassossego social?

Resposta: — Essa é a questão que põe o dedo realmente no problema. Embarcamos em muitos mais projetos do que podemos financiar, essa é a verdade. Estamos tentando terminá-los. Ninguém

faz mais do que pode; tentando fazer mais do que podíamos, acabamos limitando o que se faz.

Exatamente aí ocorrem as pressões violentas do serviço público. Tem que haver um espaçamento na programação das obras. Itaipu não, porque decorre de um contrato binacional e estaremos gerando energia em 1983.

Tucuruí é para 1983. Está ligada à indústria de alumínio que estamos fazendo lá, ao Programa Carajás, à necessidade de energia.

A ferrovia em Carajás, estamos tentando fazer com recursos da Vale do Rio Doce, que vai muito bem, tem algum recurso externo. A Ferrovia do Aço deve ficar pronta em dezoito meses. Quanto às usinas nucleares, estamos com um regime dentro das limitações de orçamento. Teremos a primeira produzindo brevemente, a da Westinghouse. As outras, levando 13 a 14 anos para começar a produzir.

O senhor tem toda a razão quando levanta essa questão. Realmente, nós estamos tentando mais do que podemos.

Décimo-Oitavo Debatedor: — Sr. Ministro, qual o custo patrimonial para o Brasil da garantia à entrada de recursos externos? Ou não há?

Esclareço que identifico como patrimônio, principalmente, as reservas de ouro e os recursos minerais ainda não explorados.

Resposta: — Ouro, realmente, nós temos produzido muito pouco. A entrada do capital estrangeiro aqui não altera em nada. O estrangeiro é obrigado a vender o ouro para o Banco Central, aos preços internacionais, obviamente.

No caso dos minérios, normalmente ou autorizamos a exportação de minérios porque temos um horizonte de vida

do estoque mineral de 50 ou 60 anos, ou, quando o estoque é menor, quando a vida da jazida é menor, exige-se que o produto seja industrializado internamente.

De maneira que não há motivos para temer pelo nosso patrimônio. O recurso só é recurso fora da terra. Enquanto estiver embaixo da terra, não é recurso nenhum, nem para nós, nem para eles. O que nós podemos fazer é o seguinte: Temos o manganês, do qual se exportou um pedaço; há uma mina muito grande, agora, em Carajás; calcula-se a vida útil desse minério. Eu não sei quais são os parâmetros, mas, digamos, deve ser algo parecido com 50 anos. Então, se permite exportar um pouco de minério. Se forem 20 anos, não se permite exportar. O sujeito é obrigado a manipular o minério internamente, transformar aqui em metal. É assim que se faz a política mineral.

Décimo-Nono Debatedor: — Na busca de fontes de divisas para fazer frente ao Balanço de Pagamentos, formulo a seguinte proposição: o turismo de massa é uma grande fonte de divisas. Por exemplo, a abertura dos aeroportos ao turismo externo de massa, com aparente desproteção da companhia aérea local — a IBÉRIA aumentou substancialmente a atividade na Espanha, tornando-se uma das maiores fontes de divisas daquele país.

O Brasil é hoje um dos países mais caros ao turismo de massa internacional, pelo alto custo das tarifas aéreas, mesmo para vôos *charter*, visando, entre outros, a manter e a proteger a nossa empresa local de transportes aéreos. A par disso, a nossa rede hoteleira, mormente no Norte e Nordeste (inclusive Salvador) tem sua ocupação muito reduzida. Não seria medida de grande alcance, para au-

mentar nossas divisas, a liberação dos aeroportos brasileiros à livre operação do turismo internacional de massa?

Resposta: — O senhor tem razão. O custo é coisa misteriosa para nós. O custo do transporte no Brasil realmente é muito mais caro do que qualquer turismo alternativo.

Mas, a abertura pura e simples para todas as companhias, não seria solução. É a minha impressão. A solução certamente seria encontrar uma fórmula de barateamento do bilhete e acho que a Embratur já teve algum sucesso nisto, porque uma das dificuldades fundamentais do turismo no Brasil é o custo do transporte.

Não conheço bem o assunto — mas essa abertura acho que sempre gera enorme confusão. Mas, de qualquer forma, o senhor tem razão quando diz que o custo do transporte é impeditivo grande para o turismo e é uma das razões por que a Embratur está tentando corrigir isso.

Vigésimo Debatedor: — Sr. Ministro, a nossa geração está passando pelo segundo estágio de elevada inflação.

A primeira, levou à Revolução de 1964, pois mudanças bruscas de valores morais também estavam envolvidas. Hoje, nesse segundo estágio, os valores morais estão se alterando lentamente por imposição de uma realidade de ter que sobreviver. Este segundo sacrifício desta geração tem momentos de profunda introspecção, originando uma série de dúvidas dentro de nós. O nosso povo sofre pelo atingimento das decisões econômicas de desenvolvimento do País, com a compra e adoção de tecnologias complicadas, num povo culturalmente não desenvolvido, isto na busca do bem-estar social e do bem comum a longo prazo.

No momento atual, a inflação aumenta, o desemprego também, criando sérios problemas na família, atingindo valores morais importantes, enquanto as multinacionais faturam cada vez mais nas ORTNs ou no *open-market*.

Eu gostaria que V. Excelência esclarecesse as seguintes dúvidas: primeira, em quais políticas e estratégias do desenvolvimento brasileiro estão inseridos o desemprego, o salário-mínimo insuficiente na satisfação de necessidades primárias de uma família, tais como alimentação, saúde, educação e também a respectiva desvalorização mensal desse salário-mínimo? Segunda, em que estratégia de desenvolvimento brasileiro está inserida a aplicação de capital das multinacionais no *open market*? Terceira, em que estratégia de desenvolvimento brasileiro está incluída a subvenção para exportação de gêneros que satisfaçam às necessidades primárias e são inacessíveis ao poder aquisitivo do povo? Quarta, qual é a Nação que possui um modelo econômico com elevados indicadores de desenvolvimento e um povo subdesenvolvido? Quinta, se é consistente o desenvolvimento cuja estratégia origina como o aumento de bens de produção e belíssimas edificações, enquanto o homem é desconsiderado em seu viver diário? Sexta, se continuamos a copiar o tecnicismo e a experiência de outros povos para resolver problemas brasileiros?

Resposta: — Vamos responder por partes. Em primeiro lugar, a questão da tecnologia importada.

O brasileiro está novamente inclinado a inventar a roda.

Nós estamos permanentemente imaginando que a importação dessa tecnologia é um mal para o Brasil. Nós estamos permanentemente imaginando que a ação da multinacional é um mal para o

Brasil. Vamos pensar um pouco nesses assuntos. O Brasil é pobre. Sobre isso, eu acho que não pode haver nenhuma dúvida. A não ser alguns sonhadores, todo o Mundo há de reconhecer que o Brasil é um País pobre, carente de capital e carente de saber fazer.

Esse negócio de inventar tecnologia, de só usar tecnologia nacional é um processo que recebe um apoio imenso do Governo, mas leva anos. Vamos esclarecer uma coisa:

Qual é o mal em se importar a tecnologia estrangeira? Qual é o mal que existe nisso?

Simplemente acelera o processo de incorporação das vantagens que o Mundo já criou. Por que razão o Brasil haveria de impedir o aproveitamento dessa tecnologia simplesmente porque ela não é nacional? Qual é a vantagem que existe, simplesmente de ter o rótulo nacional ou estrangeiro?

O que importa é a eficácia produtiva. A eficácia produtiva, e o aumento da produtividade só contribuem para resolver os nossos problemas fundamentais.

O salário-mínimo é insuficiente?

É insuficiente, mesmo, porque nós somos pobres.

O salário-mínimo não dá para viver?

Não dá para viver, mesmo, porque nós somos pobres.

Há uma distribuição de renda inadequada?

Há mesmo, porque nós somos pobres.

Essa distribuição de renda é inadequada por causa das multinacionais?

Ao contrário. Muito possivelmente, se elas não estivessem aí, seria pior.

De forma que eu acho que não é aqui que está a causa do problema. A causa do problema está basicamente na nossa pobreza, na nossa necessidade de acumular mais capital e rapidamente para

desenvolver o País. Capital é "saber fazer".

Isto leva tempo. Isto toma um tempo imenso. Você avança por infinitésimos.

Ninguém faz um desenvolvimento extremamente rápido sem pagar um preço imenso por ele. Então, o mal, está na pobreza mesmo. E essa pobreza só se supera com eficácia produtiva.

Não há nenhum mal em usar o capital estrangeiro quando ele vem ajudar a poupança interna. Não há nenhum mal em usar a tecnologia estrangeira quando ela vem aumentar a eficácia produtiva.

Um grande mal existiria em não usar essas vantagens.

Por que?

Porque nós estaríamos condenados a continuar nesse estado de miserabilidade a que o senhor se refere, o resto da vida. Nós crescemos, crescemos muito; nós crescemos muito depressa nos últimos 17 anos, e isto ainda foi insuficiente. Nós sentimos isso agora, quando estamos diante de um problema que realmente não depende de nós e que nós não poderíamos ter superado antes que aparecesse.

Veja uma coisa: o problema brasileiro, a partir de 1973/74, decorre basicamente da incapacidade temporária brasileira de produzir a auto-suficiência em matéria de energia.

Há chance de produzir auto-suficiência em matéria de energia a curto prazo?

Nós desenvolvemos uma tecnologia nacional, que é a de álcool e que substitui um pedaço do petróleo. O resto que não temos não é por incompetência da PETROBRÁS.

Que mal teria havido se as multinacionais tivessem vindo antes?

Nenhum.

Pelo contrário, talvez não se tivesse exposto a PETROBRÁS ao tipo de crítica a que foi exposta. A PETROBRÁS ficou sob suspeita de que não tinha competência porque não achava petróleo. E por que?

Simplesmente porque nós impedimos que os outros procurassem.

Quando deixamos os outros procurarem e não encontraram petróleo, não aconteceu nada. Pelo menos, melhorou a imagem da PETROBRÁS...

Nós sabemos que não foi por incompetência que não se encontrou petróleo. Não se encontrou petróleo porque, no caso brasileiro, a coisa parece mais complicada, a geologia parece que é perversa. Mas não há mal nenhum em usar a tecnologia estrangeira também neste campo. Eu acho que nós temos que nos libertar desse fantasma. Por mais nacionalistas que nós sejamos, a gente só pode praticar o nacionalismo quando o capital já está aqui dentro. Quer dizer: hoje, a produção de automóveis não depende mais de estrangeiro nenhum. Talvez tenha um técnico estrangeiro chefiando uma linha de produção da Volkswagen. Se ele for embora, os brasileiros continuam fabricando Volkswagens muito bem.

Isso é nacionalismo!

Mas não deixar entrar a Volkswagen teria sido burrice.

O nacionalismo, como eu vejo, consiste em ser nacionalista depois que a produção está aqui dentro. Não antes de entrar.

Esta é uma diferença fundamental de enfoque.

Nós não temos o que temer. Eu posso lhe assegurar que os mecanismos de controle brasileiro são completos. Acho até que exageramos quando infernamos o investidor com a quantidade de papéis, de documentos e de satisfação que tem que dar a cada instante.

O nosso problema é que nós somos pobres. O nosso problema está no seguinte: nós tínhamos dado o "take-off", nós estávamos no ar realmente, e os "tipos" tiraram o combustível da gente.

Nós estamos pousando meio sem jeito, mas estamos pousando.

Isto é que é fundamental.

Ao contrário do que parece, nós temos uma dependência relativamente pequena do exterior.

Quando nós disputamos essas tecnologias, quando precisamos delas, eu acho que nós devemos trazê-las.

Devemos ser nacionalistas depois que elas estiverem aqui.



O Professor Antonio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), é natural da cidade de São Paulo. Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de São Paulo, é Catedrático de Economia Brasileira (que abrange "Análise Macroeconômica", "Contabilidade Nacional", "Teoria de Desenvolvimento Econômico", "Programação Econômica" e "Planejamento Governamental") da Universidade de São Paulo. Tem vários livros publicados sobre Economia, entre eles "Alguns Problemas da Agricultura Brasileira", "O Problema do Café no Brasil" e "Sobre Alguns Problemas de Planejamento para o Desenvolvimento Econômico".

Agora, que o Brasil é um País pobre, eu acho que é; que o salário-mínimo é insuficiente?

É insuficiente.

Que há uma distribuição de renda imperfeita, também não é um fato novo. Distribuição de renda perfeita existia quando Cabral chegou aqui. Estava tudo "arrumadinho", cada um de nós tinha exatamente o seu quinhão. Foi só o Cabral chegar e começar a desarrumar tudo.

Agora, falando sério, acho que nós temos melhorado muito desde que acolhemos este primeiro "estrangeiro". E, honestamente, não vejo razão para ter mais medo do estrangeiro.

Desculpem a repetição, mas a mais poderosa, a maior multinacional, é rigorosamente impotente diante do poder nacional.

Muito obrigado.